



## 12 DE JULHO DE 2017

### Quarta-feira

- PUBLICAÇÃO DIÁRIO OFICIAL : ALTERAÇÃO DE NR12
- NOVIDADES LEGISLATIVAS Nº 49
- CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL "MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA EXPORTAÇÃO
- APÓS CONFUSÃO, SENADO APROVA REFORMA TRABALHISTA DE TEMER
- BRASIL INGRESSA NA ERA DA MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
- QUEM GANHA E QUEM PERDE COM 10 PROPOSTAS DA REFORMA TRABALHISTA
- VEJA O QUE MUDA PARA EMPRESÁRIOS E EMPREGADOS COM A REFORMA TRABALHISTA
- PROPOSTA APROVADA PELO CONGRESSO PRESTIGIA DIÁLOGO E CONTRIBUIRÁ PARA HARMONIZAR AS RELAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL, DIZ CNI
- PARA EMPRESÁRIO, REFORMA VAI REDUZIR AÇÕES; SINDICATO VÊ QUEDA DE SALÁRIOS
- PARA EMPRESÁRIOS, LEI É MODERNIZAÇÃO
- NUNCA HOUE DESMONTE TÃO GRANDE DOS DIREITOS TRABALHISTAS, DIZ ECONOMISTA
- A REFORMA TRABALHISTA MEXE EM MUITA COISA, MAS NÃO NOS SEUS DIREITOS
- MAIA VAI BARRAR MEDIDA PROVISÓRIA DE TEMER QUE AJUSTA REFORMA TRABALHISTA
- MICHEL TEMER FARÁ DECLARAÇÃO À IMPRENSA
- MINISTRO DISCUTE REGIMENTO DE CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO COM CENTRAIS SINDICAIS
- DESAFIO AGORA É REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- EM POUCO MAIS DE 1 ANO, CONTROLAMOS INFLAÇÃO E ACABAMOS COM RECESSÃO, DIZ DYOGO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ CRESCE ACIMA DA MÉDIA NACIONAL
- IBGE: INDÚSTRIA DE SP AVANÇA HÁ 2 MESES, MAS ESTÁ 22% ABAIXO DO PICO DE PRODUÇÃO
- RELATOR DE NOVO JURO DO BNDES ESTÁ DO LADO DO GOVERNO, DIZ SECRETÁRIO

- SONEGACÃO E INADIMPLÊNCIA DE ICMS NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS ATINGE R\$ 4,8 BI/ANO
- CARRO DA AUDI PERMITE DIRIGIR SEM AS MÃOS ENQUANTO MOTORISTA ASSISTE À TV
- FÁBRICA DA VW EM TAUBATÉ VOLTA A PRODUZIR NOS 5 DIAS DA SEMANA COM ALTA DE VENDAS
- PSE PRESERVA MAIS DE 2,7 MIL EMPREGOS NO SETOR AUTOMOBILÍSTICO
- PRODUÇÃO DE MOTOS REGRIDE 15 ANOS NO PAÍS
- THYSSENKRUPP REDUZ O FOCO NO AÇO PARA AGREGAR VALOR A COMPONENTES E SERVIÇOS
- THYSSENKRUPP GANHA EFICIÊNCIA COM INDÚSTRIA 4.0
- NISSAN MOBILIZA FÁBRICA PARA TREINAR NOVOS EMPREGADOS
- GM E FORD SOBEM, VW E FIAT DESCEM NO ANO
- DANA COMPLETA 70 ANOS DE OPERAÇÕES NO BRASIL
- ABRACICLO: FINANCIAMENTO BANCÁRIO TOMA FATIA DO MERCADO DE CONSÓRCIOS DE MOTOS
- USIMINAS ELEVARÁ EM 10,7% PREÇO DE LAMINADOS A QUENTE NOS PRÓXIMOS DIAS
- EXCLUSIVO-VOTORANTIM METAIS BUSCA IPO EM TORONTO AVALIADA EM US\$4 BI, DIZEM FONTES

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 12/07/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,225	3,226
<b>Euro</b>	3,680	3,681

**Fonte: BACEN**

## **Publicação Diário Oficial: Alterações da NR**

11/07/2017 – Fonte: FIEP

### **Publicação DOU**

Segue para conhecimento publicações referentes as alterações na **NR 12**, conforme publicado no Diário Oficial da União do dia 07 de julho de 2017, Seção 1, página 146.

Para ter acesso ao documento clique no link abaixo:

- [NR12](#)

## **Novidades Legislativas nº 49**

12/07/2017 – Fonte: CNI

Confira na edição nº 49 de Novidades Legislativas os seguintes destaques:

- Senado aprova a proposta da Reforma Trabalhista e vai à sanção;
- CAE aprova alteração na lei que regula a Recuperação judicial e falência;
- Congresso discute Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)

## **Capacitação Empresarial “Máquinas e Equipamentos - Normas Nacionais e Internacionais para Exportação**

12/07/2017 – Fonte: CIN

Participe da capacitação empresarial **“Máquinas e Equipamentos - Normas Nacionais e Internacionais para Exportação”**, no dia **04 de agosto**.

O curso acontecerá em Curitiba e também será transmitido por vídeo conferência para:

- Cascavel
- Francisco Beltrão
- Londrina
- Maringá
- Pato Branco
- Ponta Grossa

### **Vagas limitadas.**

Mais informações:

<http://www.fiepr.org.br/cinpr/capacitacao-empresarial-%7C-maquinas-e-equipamentos---normas-nacionais-e-internacionais-para-exportacao-5-27033-349577.shtml>

Inscrições:

[http://mundosphinx.com.br/app/cni\\_v2/index.php?acesso=cap\\_maq equip\\_17\\_pr](http://mundosphinx.com.br/app/cni_v2/index.php?acesso=cap_maq equip_17_pr)

### **Investimento participação presencial em Curitiba:**

**R\$ 120,00** - Empresas associadas aos Sindicatos da FIEP e Estudantes

**R\$ 150,00** - Demais participantes

### **Investimento participação por vídeo conferência em outras cidades do PR:**

**R\$ 70,00** - Empresas associadas aos Sindicatos da FIEP e Estudantes

**R\$ 100,00** - Demais participantes



## PROGRAMA DE MELHORIA DA **COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL**



### Capacitação Empresarial Máquinas e Equipamentos - Normas Nacionais e Internacionais para Exportação

Conteúdo programático:

- Barreiras técnicas no âmbito da OMC
- Estados Unidos
- Federal Trade Commission (FTC)
- Occupational Safety and Health Administration (OSHA)
- U.S. Environmental Protection Agency (EPA)
- Department of Transportation (DOT)
- American National Standards Institute (ANSI)
- National Institute of Standards and Technology (NIST)
- Como pesquisar barreiras técnicas nos Estados Unidos
- União Europeia
- Máquinas e equipamentos
- Equipamentos de Baixa de Voltagem
- Como pesquisar as Barreiras Técnicas na União Europeia
- Argentina
- Regulamentos técnicos aplicáveis a maquinários em geral
- Equipamento elétrico de baixa tensão
- Como pesquisar as Barreiras Técnicas na Argentina

Facilitador: Victor Boverotti Lopes

Data: 04/08//17

Horário: 9h às 18h

Local: Sistema Fiep

**Vagas limitadas! Inscrições até 28/07/17**

Mais informações e inscrição [clique aqui.](#)

Contato:

Caroline Pinheiro do Nascimento

(41) 3271-9101 | [caroline.nascimento@fiepr.org.br](mailto:caroline.nascimento@fiepr.org.br)

Parceiro:

Realização:



## Após confusão, Senado aprova reforma trabalhista de Temer

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Depois de mais de sete horas de suspensão, o Senado Federal aprovou na noite desta terça-feira (11) por 50 votos contra 26 a reforma trabalhista, proposta do governo que altera a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em mais de cem pontos.

As propostas de alterações foram rejeitadas pelos senadores, como desejavam os aliados do presidente Michel Temer. Se o Senado fizesse mudanças no projeto, a matéria teria de retornar para nova análise da Câmara. Com o resultado desta terça, o texto segue para sanção presidencial.

Para convencer os senadores a não promover mudanças no texto, o Palácio do Planalto se comprometeu a editar uma Medida Provisória que modifica o texto em pontos de desacordo. Entre eles, estão regras para o contrato de trabalho intermitente, de autônomos, e o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres.

A reforma trabalhista é uma das prioridades legislativas de 2017 do presidente Michel Temer (PMDB), que enfrenta uma grave crise política e a ameaça de perder o cargo.

Em pronunciamento, após a aprovação da proposta, o presidente Michel Temer agradeceu à base aliada e disse que a reforma trabalhista é uma das mais ambiciosas nos últimos 30 anos.

Para ele, ela ajudará na retomada da geração de empregos e não tirará direitos dos trabalhadores. "Essa aprovação definitiva é uma vitória do Brasil na luta contra desemprego e na construção de um país mais competitivo", disse.

As mudanças são defendidas pelas entidades empresariais e contestadas pelos partidos de esquerda e pelos sindicatos de trabalhadores.

A reforma estabelece a prevalência, em alguns casos, de acordos entre patrões e empregados sobre a lei, o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, obstáculos ao ajuizamento de ações trabalhistas, limites a decisões do Tribunal Superior do Trabalho, possibilidade de parcelamento de férias em três períodos e flexibilização de contratos laborais, entre outros pontos.

Os defensores das medidas afirmam que elas são necessárias para modernizar uma legislação ultrapassada e que inibe o desenvolvimento econômico. Os críticos dizem que as novas regras precarizam as relações do trabalho.

### **CONFUSÃO**

A sessão, que teve início 11h desta terça-feira (11), foi suspensa depois que um grupo de senadoras da oposição ocupou a mesa diretora do Senado. Apesar do longo intervalo, Eunício reabriu os trabalhos do plenário por volta de 18h30, diante de gritos e protestos de parlamentares da oposição.

O peemedebista sentou-se inicialmente em uma cadeira na ponta da mesa diretora e usou um microfone sem fio. Ao deixar os equipamentos de som desligados, ele previa evitar novas interrupções da oposição. Após a retomada, Eunício recuperou a cadeira da presidência e religou os microfones do plenário.

Eunício Oliveira (PMDB-CE), que preside a Casa, chegou uma hora depois e se deparou com a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) sentada na cadeira da presidência. Acompanhada de outras quatro senadoras - Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Lídice da Mata (PSB-BA) e Regina Souza (PT-PI) - elas permaneceram ao longo do dia na mesa diretora do Senado, impedindo que ele comandasse os trabalhos.

Ainda em pé, Eunício suspendeu a sessão. Depois, as luzes do plenário foram apagadas e os microfones, desligados. O plenário permaneceu desta forma até 16h, quando as primeiras luzes foram religadas. As senadoras chegaram a comer quentinhas no escuro para evitar que parlamentares da base assumissem o comando do Senado.

Ao voltar ao plenário, depois de uma longa tarde de negociações, Eunício lamentou o episódio. "Estou profundamente chocado com o que estou vendo hoje. Já esperei por mais de sete horas. O problema não é o mérito da matéria. É a desmoralização da Casa. É a primeira vez que vejo isso na vida", afirmou o peemedebista, um dos alvos da Lava Jato.

O peemedebista argumentou que a oposição quebrou um acordo. "Podíamos ter votado essa matéria terça passada. Permitted quarta e quinta-feira microfone aberto para todos se manifestarem. Não fiz para a oposição fazer sua fala. O entendimento foi quebrado hoje", disse, em referência às sessões que foram realizadas na última semana para discussão do projeto.

Ao longo de toda a tarde Eunício reuniu líderes dos partidos na presidência para discutir possíveis saídas. Senadores do PT negociaram alterações no texto da reforma para que a mesa do plenário fosse liberada.

Diante do impasse, a Mesa diretora do Senado chegou a preparar o auditório Petrônio Portella para realizar a sessão. A mudança de local foi suspensa ao longo da tarde devido a protestos de grupos sindicalistas, contrários à aprovação da reforma.

Um dispositivo do regimento interno do Senado prevê que a sessão pode ocorrer "qualquer lugar" em caso de guerra, de comoção intestina (quando há perturbação contra a ordem pública ou a autoridade constituída, revolução interna), ou de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite seu funcionamento na sede", se houver maioria dos senadores.

A longa discussão ao longo do dia levou a protestos de outros senadores da base. "É claro que a votação sairá. Brasil não pode ser paralisado por atitude de irresponsabilidade", disse Cunha Lima. O tucano reiterou que o que se viu nesta terça é um "espetáculo triste, uma cena deplorável, uma palhaçada", disse Cássio Cunha Lima (PSDB-PR), vice-presidente do Senado, que chegou a coletar assinaturas para que a sessão fosse realizada em outro local da Casa.

## **Brasil ingressa na era da modernização das relações de trabalho**

12/07/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

*Em data histórica para o país, projeto de modernização da legislação trabalhista é aprovado no Senado e agora vai para sanção presidencial*

O dia 11 de julho de 2017 será lembrado como a data em que as relações de trabalho no Brasil ingressaram na era moderna. A opinião é do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, ao comentar a aprovação do projeto de modernização da legislação trabalhista, no Plenário do Senado Federal, nesta terça-feira (11), em Brasília, com 50 votos a favor e 26 contrários.

"O Brasil vive um momento histórico, porque as nossas relações de trabalho se modernizam, focadas nas realidades do Século 21", destacou o ministro.

Ele ressaltou que esse é um momento que exige coragem para avançar. "O Brasil não podia esperar mais. As grandes transformações da sociedade aconteceram graças à coragem de quebrar paradigmas e hoje ingressamos em uma nova fase da história do nosso país, com mais emprego, desenvolvimento e justiça social, mantendo todos os direitos constitucionais dos trabalhadores", disse.

Ronaldo Nogueira afirmou que "não existe justiça social maior que o emprego" e que o Brasil não pode mais conviver com uma realidade de quase 14 milhões de desempregados.

Diante disso, o ministro salientou que, além da garantia de direitos, a modernização da CLT aprovada no Congresso está firmada no espírito da segurança jurídica e da geração de empregos para todos. "Ela promove a adequação da legislação brasileira à realidade atual, para atingir o objetivo mais importante, que é gerar empregos e fazer o Brasil voltar a crescer, porque um país com tanta riqueza não pode mais conviver com tanta pobreza", comentou.

A expectativa é de que a mudança na legislação trabalhista, construída por meio do diálogo com empregados e empregadores, melhore as condições das relações de trabalho no país.

"Nós tivemos reuniões e encontros com trabalhadores, empresários e parlamentares, sempre conversando, explicando, debatendo e ouvindo as mais diversas opiniões e necessidades. Mas, acima de tudo, mostramos que nenhum direito conquistado será tirado e que a modernização vai tornar o Brasil mais dinâmico, ampliando o mercado de trabalho, facilitando negociações e entendimentos", lembrou.

**Pacificação** - Um dos paradigmas que deve ser quebrado, de acordo com o ministro, é o de que trabalhadores e empregadores não podem ficar do mesmo lado. Daí a importância da modernização da legislação como pacificadora das relações trabalhistas.

Ronaldo Nogueira explica, porém, que no curto prazo é natural que os resultados esperados ainda não sejam sentidos. "Mas, no médio e longo prazos, tenho convicção de que essa modernização trará segurança jurídica, pacificação e harmonia nas relações de trabalho", assegurou.

Ele destacou a importância da validação dos acordos coletivos, já que, ao dar força de lei aos acordos e negociações coletivas entre empresas e sindicatos, a modernização da CLT permite ao trabalhador escolher a forma mais vantajosa para usufruir de seus direitos em questões como jornada de trabalho, horas "in itinere", férias e intervalos entre jornadas.

O ministro acrescentou que a legislação trabalhista não permitirá mais interpretações subjetivas, que geravam insegurança jurídica. "O que está escrito e assinado entre as partes têm que ter validade", afirmou.

**Alterações** - Ronaldo Nogueira lembrou, também, que foram acrescentados alguns pontos polêmicos à proposta original do Ministério do Trabalho, durante o trâmite na Câmara dos Deputados, que podem ser alterados por medida provisória (MP), a partir de conversas com as centrais sindicais e federações que representam o setor produtivo.

Entre as mudanças previstas, estão pontos relativos ao trabalho intermitente e à garantia de que grávidas e lactantes não serão submetidas a trabalhos insalubres. Outro ponto a ser analisado é a criação de uma contribuição que viabilize o

funcionamento das entidades representativas de empregados e empregadores, após o fim da contribuição sindical obrigatória.

As novas regras começarão a valer 120 dias depois de ser sancionadas pelo presidente Michel Temer e publicadas no Diário Oficial da União.

"Seremos perseverantes em nossos objetivos, que são: melhorar a renda do trabalhador, aprimorar direitos e gerar empregos", destacou o ministro.

## **Quem ganha e quem perde com 10 propostas da reforma trabalhista**

12/07/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho



A reforma da legislação trabalhista em tramitação no Congresso altera diversos pontos da CLT, como férias, demissão e tipos de contrato de trabalho.

Veja o que pode mudar nos dez principais pontos do projeto e como trabalhadores e empresas seriam afetados.

### **1 - ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS**

#### **> O que pode mudar**

Acordos passam a prevalecer sobre a CLT quando tratarem de temas como jornada, intervalo para almoço e plano de cargos, salários e funções

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Categorias representadas por sindicatos fortes teriam maior poder de negociação para adaptar regras da CLT ao que melhor lhes convier. Em setores menos organizados, empresas poderiam obter mais vantagens

#### **Como isso afetaria a empresa**

As empresas terão mais flexibilidade para negociar acordos e obter condições mais benéficas a elas, como jornadas maiores ou horário de almoço menor, especialmente em momentos de crise e desemprego em alta

#### **> O que pode mudar**

Profissionais com ensino superior e salário maior que R\$ 11 mil poderão negociar individualmente com as empresas

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Medida beneficiaria empregados qualificados que desejam condições contratuais diferentes das estabelecidas no acordo coletivo. Empresas, porém, podem usar mecanismo para conseguir condições mais vantajosas para elas

#### **Como isso afetaria a empresa**

Poderiam negociar contratos diferentes do acordo coletivo da categoria, de forma a atrair trabalhadores qualificados, ou serem pressionadas por eles a ceder condições melhores

### **2 - JORNADA**

#### **> O que pode mudar**

Tempo gasto até o trabalho deixa de ser contado como parte da jornada quando a empresa fornece transporte aos empregados

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Profissionais deixariam de ter o tempo contabilizado na jornada. Caso fosse hora extra, impacto financeiro será maior

#### **Como isso afetaria a empresa**

Mudança pode incentivar mais empresas a fornecer o transporte aos funcionários



### **> O que pode mudar**

Jornada parcial, hoje limitada a 25 horas semanais, é ampliada para 30 horas (sem hora extra), ou 26 horas com 6 horas extras, o que diminui a diferença para a jornada integral (44 horas)

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Pais e mães que desejam passar mais tempo com os filhos e estudantes teriam mais opções de jornada que se adaptam às suas rotinas, mas ganhariam proporcionalmente menos

#### **Como isso afetaria a empresa**

Empresas teriam mais opções para contratar funcionários para trabalhar por tempo menor, pagando um salário menor

### **> O que pode mudar**

Jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, já adotada na área da saúde, por exemplo, é regulamentada

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Modalidade poderia ser adotada em outras categorias sem necessidade de acordo coletivo

#### **Como isso afetaria a empresa**

Prática ganharia segurança jurídica contra questionamentos na Justiça, o que hoje em dia resulta em pagamento de multa e indenização em caso de condenação

## **3 - HORAS EXTRAS**

### **> O que pode mudar**

Banco de horas poderá ser negociado individualmente, fora do acordo coletivo

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Regra permite que profissionais negociem diretamente quando e como preferem compensar suas horas extras. Se o poder de barganha for baixo, porém, eles poderiam ter que ceder às empresas

#### **Como isso afetaria a empresa**

Negociação caso a caso permite alcançar acordos que se adequem às necessidades dos empregadores e dos funcionários

## **4 - FÉRIAS**

### **> O que pode mudar**

Poderão ser parceladas em até três vezes e não poderão começar a dois dias de feriados e fins de semana

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Trabalhadores teriam maior liberdade para definir férias e seriam protegidos contra perda de dias em feriados. Quem prefere um mês corrido pode ter que ceder e dividir o descanso

#### **Como isso afetaria a empresa**

Maior flexibilidade para organizar as férias do seu quadro de empregados

## **5 - TIPOS DE CONTRATO**

### **> O que pode mudar**

Home office, chamado de "teletrabalho" pela legislação, passa a ser regulamentado

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Reforma daria segurança jurídica ao definir normas que contratos devem seguir, mas regras relativas a jornada, como horas extras, não se aplicariam ao home office

#### **Como isso afetaria a empresa**

Questões como definição de quem é a responsabilidade por arcar com o pagamento da internet deverão constar em contrato, evitando que empregadores sejam surpreendidos por processos

### **> O que pode mudar**

Criação de novo tipo de contrato para trabalho intermitente, que prevê prestação de serviços por horas, dias ou meses, sem continuidade, em que empregado é convocado para trabalhar com três dias de antecedência

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

O trabalhador poderia ter carteira assinada com várias empresas ao mesmo tempo, formalizando quem atualmente já trabalha nesse modelo, como quem faz "bico". Mas ele teria pouco controle sobre sua rotina, como quando trabalhará e quanto ganhará

### **Como isso afetaria a empresa**

Poderia pagar funcionário apenas pelo período em que ele efetivamente prestou serviços, o que beneficia lojas e restaurantes, que pagariam por mais empregados apenas pelo período que precisassem, como na alta temporada ou nos fins de semana

#### **> O que pode mudar**

Autônomo poderá fazer contrato com uma empresa para trabalhar em regime de exclusividade e continuidade, sem que isso configure vínculo empregatício

### **Como isso afetaria o trabalhador**

Profissional poderia trabalhar para uma empresa como se fosse empregado, mas sem ter a carteira assinada, e só seria reconhecido como empregado comprovando subordinação

### **Como isso afetaria a empresa**

Modalidade é mais barata do que contratar empregado com carteira assinada, ao mesmo tempo em que ficaria mais difícil para autônomo alegar vínculo empregatício

## **6 - GRÁVIDAS E LACTANTES**

### **> O que pode mudar**

Para ser dispensada do trabalho em atividades que ofereçam risco, mulher terá que apresentar atestado médico que comprove que a insalubridade do local onde trabalha ou da atividade que exerce colocam em risco a gestação ou a saúde do bebê

### **Como isso afeta a trabalhadora**

Dispensa será automática apenas quando houver grau máximo de insalubridade. Nos demais casos, fica a cargo da mulher comprovar por meio de atestado que há risco para sua saúde ou à do bebê para ser dispensada de determinada atividade

### **Como isso afeta a empresa**

Poderá manter grávida ou lactante trabalhando em ambiente insalubre caso mulher não consiga comprovar que há risco

## **7 - DEMISSÃO**

### **> O que pode mudar**

É criado novo tipo de demissão, além daquela a pedido do empregado e das feitas pelo empregador (com ou sem justa causa). Nessa nova opção, profissional e empresa podem rescindir contrato em comum acordo, o que dá direito a 50% da multa e do aviso prévio e a 80% do FGTS

### **Como isso afetaria o trabalhador**

Profissional que deseja ser demitido mas não quer deixar de receber multa e de ter acesso ao FGTS teria opção "meio termo", recebendo metade do devido ao demitido sem justa causa. Mas empresa que deseja demitir sem pagar toda a indenização poderia pressionar trabalhador a aceitar esse acordo

### **Como isso afetaria a empresa**

Poderia demitir trabalhador pagando metade da indenização prevista nos casos de desligamento sem justa causa se profissional concordar

### **> O que pode mudar**

Rescisão não precisa mais ser homologada pelos sindicatos

### **Como isso afetaria o trabalhador**

Entidades deixariam de fazer pente fino nos termos de rescisão, e eventuais irregularidades poderiam passar despercebidas. Ao mesmo tempo, desburocratiza desligamento e acelera recebimento da indenização

### **Como isso afetaria a empresa**

Desburocratizaria processo de desligamento de empregados

### **> O que pode mudar**

Demissões coletivas poderão ser feitas sem acordo prévio com sindicato

### **Como isso afetaria o trabalhador**

Necessidade de acordo permite hoje que sindicatos negociem condições melhores, como manutenção do plano de saúde para o demitido por um período após o desligamento

#### **Como isso afetaria a empresa**

Poderia fazer cortes em massa quando for necessário sem ter que negociar com sindicatos

### **8 - SINDICATOS E REPRESENTAÇÃO**

#### **> O que pode mudar**

Imposto sindical, principal fonte de financiamento dessas entidades, deixa de ser obrigatório e passa a ser descontado do salário apenas de quem autorizar. Valor equivale a um dia de trabalho e é cobrado anualmente

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

O trabalhador poderá escolher se deseja ou não dar dinheiro à entidade, o que pode tanto motivar organizações a mostrar serviço na defesa da categoria quanto enfraquecê-las por falta de financiamento

#### **Como isso afetaria a empresa**

Contribuição para sindicatos patronais também passaria a ser voluntária, mas entidades como Fiesp, Firjan e CNI não dependem desses recursos para se manter, porque têm o dinheiro do Sistema S também

### **9 - JUSTIÇA DO TRABALHO**

#### **> O que pode mudar**

Sócio que deixou empresa só responde na Justiça na ausência dos atuais donos do negócio e por até dois anos após saída

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Ordem e prazo dificultam recebimento de direitos trabalhistas quando empresa e sócios atuais não tiverem condições de pagar

#### **Como isso afetaria a empresa**

Ex-sócios têm maior segurança de que não terão que arcar com obrigações trabalhistas dos negócios dos quais saíram

#### **> O que pode mudar**

Renda máxima para receber justiça gratuita sobe de dois salários mínimos (R\$ 1874) para 40% do teto do INSS (R\$ 2.212) e previsão de concessão para quem alegar que custos do processo prejudicam seu sustento ou o da família é eliminada

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Por um lado, limite de renda para receber benefício é ampliado, o que seria positivo para quem ganha menos, mas fim da concessão para quem não tem condições de arcar com os custos sem prejudicar o próprio sustento ou o da família dificultaria acesso

#### **Como isso afetaria a empresa**

Afunilamento das condições necessárias para ter direito a justiça gratuita tenderia a reduzir o número de processos contra empregadores

### **10 - TERCEIRIZADOS**

#### **> O que pode mudar**

Empresas são obrigadas a oferecer aos terceirizados os mesmos benefícios de alimentação, transporte e atendimento médico oferecidos a contratados diretamente

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Previsão antes opcional passa a ser obrigatória, o que beneficia terceirizado

#### **Como isso afetaria a empresa**

Passa a ser obrigada a ampliar benefícios oferecidos para atender terceirizados, o que aumentaria seus custos

#### **> O que pode mudar**

Demitido não pode ser recontratado como terceirizado nos 18 meses após o desligamento

#### **Como isso afetaria o trabalhador**

Medida busca evitar que empresas demitam empregados para recontratá-los como pessoas jurídicas, pagando menos

## Como isso afetaria a empresa

A restrição diminui os ganhos que as empresas esperam obter com a terceirização

### Veja o que muda para empresários e empregados com a reforma trabalhista

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Senado aprovou nesta terça-feira (11) a reforma trabalhista de Michel Temer, uma ampla revisão das leis que regem da contratação à demissão de pessoas.

O texto está pronto para ser sancionado pelo presidente. A vitória na aprovação de uma das principais bandeiras do governo foi um alívio para o peemedebista em meio à crise política deflagrada pela delação da JBS e que levou Temer a ser denunciado por corrupção pela Procuradoria-Geral da República.

As novas regras entram em vigor 120 dias após a publicação da lei no Diário Oficial da União.

Para sindicatos e associações de juízes, procuradores e advogados do trabalho, a reforma leva à precarização do mercado de trabalho ao aumentar a insegurança do de profissionais e retirar direitos estabelecidos na CLT. Eles afirmam também que o projeto tem uma série de previsões inconstitucionais.

Já as entidades patronais apoiam as mudanças. Para empresários, a reforma moderniza a legislação trabalhista ao promover maior flexibilidade nas modalidades de contratação e demissão, assim como ao dar mais poder para a negociação entre sindicato e empresa, que poderão a partir de agora se sobrepor à CLT.

Veja as principais mudanças para trabalhadores e empresas que devem ocorrer com a promulgação da reforma.



#### **ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS**

Negociação vai prevalecer sobre a CLT quando tratar de temas como jornada, intervalo para almoço e plano de cargos, salários e funções

##### **Poderá ser negociado**

- > Organização da jornada de trabalho
- > Banco de horas individual
- > Intervalo intrajornada
- > Plano de cargos, salários e funções
- > Regulamento empresarial
- > Representante dos trabalhadores no local de trabalho
- > Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente
- > Remuneração por produtividade, gorjetas e remuneração por desempenho individual
- > Modalidade de registro de jornada de trabalho
- > Troca do dia de feriado
- > Enquadramento do grau de insalubridade
- > Prorrogação de jornada em ambientes insalubres sem licença prévia do Ministério do Trabalho

- > Prêmios de incentivo em bens ou serviços
- > Participação nos lucros ou resultados da empresa

### **Não poderá ser negociado**

- > Normas de identificação profissional e anotações na Carteira de Trabalho
- > Direito a seguro-desemprego
- > Salário-mínimo
- > Remuneração adicional do trabalho noturno
- > Valor nominal do décimo terceiro salário
- > Repouso semanal remunerado
- > Remuneração do serviço extraordinário superior à do normal em no mínimo 50%
- > Número de dias de férias devido ao empregado
- > Gozo de férias anuais remuneradas
- > Licença-maternidade com a duração mínima de 120 dias e licença-paternidade
- > Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com mínimo de 30 dias
- > Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho
- > Adicional de remuneração para atividades insalubres, penosas ou perigosas
- > Seguro contra acidentes de trabalho
- > Restrições ao trabalho de crianças e adolescentes
- > Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso
- > Liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador
- > Direito de greve



### **O que muda para o trabalhador**

- **Vantagem:** Sindicatos fortes têm maior poder de negociação para adaptar regras da CLT ao que melhor lhes convier
- **Desvantagem:** Em setores menos organizados, empresas podem obter mais vantagens



### **O que muda para a empresa**

- **Vantagem:** Empresas terão mais flexibilidade para negociar acordos e obter condições mais benéficas a elas, como jornadas maiores



## **JORNADA**

### **> JORNADA PARCIAL**

É ampliada de 25 horas para 30 sem hora extra, ou 26 horas com 6 horas extras, o que diminui a diferença para a jornada integral



### **O que muda para o trabalhador**

- **Vantagem:** Quem deseja passar mais tempo com os filhos e estudantes têm mais opções de jornada que se adaptem às suas rotinas
- **Desvantagem:** Ganhará proporcionalmente menos



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Empresas podem contratar funcionários para trabalhar por tempo menor, pagando um salário menor

#### > JORNADA 12 x 36

Jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, já adotada na área da saúde, por exemplo, é regulamentada



### O que muda para o trabalhador

- **Desvantagem:** Modalidade pode ser adotada em outras categorias sem necessidade de acordo coletivo



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Prática ganha segurança jurídica contra questionamentos na Justiça, o que hoje em dia resulta em multa e indenização



## TIPOS DE CONTRATO

### > HOME OFFICE

Chamado de "teletrabalho" pela legislação, passa a ser regulamentado



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Reforma dá segurança jurídica ao definir normas que contratos devem seguir
- **Desvantagem:** Regras relativas a jornada, como horas extras, não se aplica ao home office



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Questões como responsabilidade por pagamento da internet deverão constar em contrato, evitando surpresas em processos

### > TRABALHO INTERMITENTE

Prevê prestação de serviços por horas, dias ou meses, sem continuidade; medida provisória deve criar quarentena



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Pode ter carteira assinada com várias empresas, formalizando quem atualmente já trabalha fazendo bicos
- **Desvantagem:** Ele terá pouco controle sobre sua rotina, como quando trabalhará e quanto ganhará



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Poderá pagar funcionário apenas pelo tempo efetivamente trabalhado, apenas pelo período que precisar dele

#### > AUTÔNOMOS

Poderá fazer contrato com uma empresa para trabalhar em regime de exclusividade e continuidade, sem configurar relação de emprego



### O que muda para o trabalhador

- **Desvantagem:** Trabalha como empregado regular, mas sem ter a carteira assinada; só há vínculo se houver subordinação



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Modalidade é mais barata do que empregado com carteira assinada; ficará mais difícil para autônomo comprovar vínculo



## DEMISSÃO

### > COMUM ACORDO

Profissional e empresa juntos podem rescindir contrato, o que dá direito a 50% da multa e do aviso prévio e a 80% do FGTS



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Quem quiser ser demitido sem perder a multa e o FGTS terá opção para receber metade do devido ao demitido sem justa causa
- **Desvantagem:** Empresa que deseja demitir sem pagar toda a indenização pode pressionar trabalhador a aceitar esse acordo



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Poderá demitir trabalhador pagando metade da indenização prevista nos casos de desligamento sem justa causa

#### > HOMOLOGAÇÃO

Rescisão não precisa mais passar pelo crivo dos sindicatos



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Desburocratiza desligamento e acelera recebimento da indenização

- **Desvantagem:** Entidades deixam de fazer pente fino nos termos de rescisão, e eventuais irregularidades poderão passar despercebidas



#### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Desburocratiza processo de desligamento de empregados



### **SINDICATOS E REPRESENTAÇÃO**

Imposto sindical deixa de ser obrigatório e passa a ser descontado do salário apenas de quem autorizar



#### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Poderá escolher se deseja ou não dar o dinheiro, o que pode motivar as entidades a mostrar serviço na defesa da categoria
- **Desvantagem:** Pode enfraquecê-las por falta de financiamento



#### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Contribuição para sindicatos patronais passa a ser voluntária, mas entidades como Fiesp e CNI não dependem da verba



### **JUSTIÇA**

#### **> RESPONSABILIDADE**

Sócio que deixou empresa só responde ação na ausência dos atuais donos e por até dois anos



#### O que muda para o trabalhador

- **Desvantagem:** Ordem e prazo dificultam recebimento de direitos trabalhistas quando em-presença e sócios atuais não tiverem condições de pagar



#### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Ex-sócios têm maior segurança de que não terão que arcar com obrigações trabalhistas dos negócios dos quais saíram

#### **> RENDA**

Teto para receber justiça gratuita sobe de R\$ 1.874 para R\$ 2.212 e concessão para quem alegar que custos do processo prejudicam sustento é eliminada





### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Limite de renda para receber benefício é ampliado, o que é positivo para quem ganha menos
- **Desvantagem:** Fim da concessão para quem não tem condições de arcar com os custos sem prejudicar a si ou à família dificulta acesso



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Afunilamento das condições necessárias para ter direito à justiça gratuita tende a reduzir o número de processos



## TERCEIRIZADOS

### > TRATAMENTO

Empresas deverão oferecer aos terceirizados os mesmos serviços de alimentação, transporte e atendimento médico oferecidos a seus funcionários



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Previsão antes opcional passa a ser obrigatória, o que beneficia terceirizado



### O que muda para a empresa

- **Desvantagem:** Passa a ser obrigada a ampliar serviços oferecidos para atender terceirizados, o que aumenta seus custos

### > QUARENTENA

Demitido não pode ser recontratado como terceirizado nos 18 meses após o desligamento



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Medida busca evitar que empresas demitam empre-gados para recontratá-los como pessoas jurídicas, pagando menos



### O que muda para a empresa

- **Desvantagem:** A restrição diminui os ganhos que as empresas esperam obter com a terceirização  
A terceirização de "serviços determinados e específicos" -incluindo atividade-fim da empresa- foi sancionada em 31 de março pelo presidente Michel Temer



## HORAS EXTRAS

Banco de horas poderá ser negociado individualmente, fora do acordo coletivo



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Regra permite que profissionais negociem diretamente quando e como preferem compensar suas horas extras
- **Desvantagem:** Se o poder de barganha for baixo, profissional terá que ceder às empresas



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Negociação caso a caso permite alcançar acordos que se adequem às necessidades dos empregadores e dos funcionários

9

### FÉRIAS

Poderão ser parceladas em até três vezes e não poderão começar a dois dias de feriados e fins de semana



### O que muda para o trabalhador

- **Vantagem:** Tem maior liberdade para definir férias e será protegido contra perda de dias em feriados
- **Desvantagem:** Quem prefere um mês corrido pode ter que ceder e dividir o descanso



### O que muda para a empresa

- **Vantagem:** Maior flexibilidade para organizar as férias do seu quadro de empregados

### MAIS MUDANÇAS

O governo negocia uma medida provisória com alterações no texto aprovado, como a criação da quarentena para a contratação em regime intermitente, a retirada gradual do imposto sindical e a suspensão de atestado para que grávidas e lactantes não trabalhem em atividade insalubre.

**Proposta aprovada pelo Congresso prestigia diálogo e contribuirá para harmonizar as relações do trabalho no Brasil, diz CNI**

12/07/2017 – Fonte: CNI

**Após anos em debate, a modernização das leis trabalhistas é avanço significativo para assegurar reconhecimento de instrumentos coletivos e reduzir o quadro de conflito judicial no mundo do trabalho**

A aprovação da proposta que atualiza as leis trabalhistas brasileiras, pelo Congresso Nacional, representa o almejado avanço na construção de relações do trabalho modernas e alinhadas com a economia do século 21.



Na visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o projeto tem como grande mérito valorizar e trazer segurança para a negociação coletiva, prestigiando o diálogo entre empresas e trabalhadores, representados por seus sindicatos, para encontrar soluções mutuamente benéficas para o seu dia a dia.

“Não se trata, de forma alguma, de perda ou redução dos direitos assegurados e alçados ao patamar constitucional” - Alexandre Furlan.



O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, ressalta que a chamada “força de lei” que a proposta atribui aos instrumentos coletivos negociados de forma legítima é fundamental para harmonizar as relações do trabalho, reduzindo significativa fonte de conflito judicial.

Além disso, lembra que tal prestígio à negociação coletiva é o que preconizam a Constituição Federal, convenções da Organização Internacional do Trabalho ([OIT](#)) ratificadas pelo Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ([STF](#)).

“A valorização do papel da negociação coletiva, assegurado seu reconhecimento pelo Estado, dá força aos personagens principais do mundo do trabalho - empresas e trabalhadores – para que pactuem rotinas e condições de trabalho específicos à realidade em que estão inseridos”, diz Furlan. “Não se trata, de forma alguma, de perda ou redução dos direitos assegurados e alçados ao patamar constitucional”, destaca.

**O BRASIL JÁ NEGOCIA** – A negociação coletiva é uma realidade no Brasil, mas a anulação sistemática de acordos e convenções legitimamente negociados instaurou um quadro de grande insegurança jurídica no país.

Com a aprovação do PLS 38/2017, a indústria avalia que empresas e trabalhadores terão mais tranquilidade para ampliar um diálogo que já existe.

Para se ter ideia, mais de 42 mil instrumentos coletivos e mais de 967 mil cláusulas foram depositadas no Ministério do Trabalho apenas em 2015 (número mais atual disponível).

A CNI lembra que a necessidade de modernizar as leis do trabalho no Brasil está em debate há, pelo menos duas décadas. Já em 2004, o Fórum Nacional do Trabalho deixava claro o entendimento entre trabalhadores, empregadores e governo do prestígio ao diálogo e a valorização da negociação coletiva. Conheça, abaixo, as principais referências legais sobre a negociação coletiva na legislação brasileira:

## 1. A Constituição Federal

- Sobre os direitos dos trabalhadores, que visem à melhoria de sua condição social:  
Art. 7º, inciso XXVI: reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

- Sobre o papel dos sindicatos nas negociações:

Art. 8º, inciso III: ao sindicato cabe a defesa dos direitos dos interesses coletivos ou individuais da categoria;

Art. 8º, inciso VI: é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

## 2. A Convenção nº 98 da OIT (ratificada pelo Brasil em 1952)

- Sobre os direitos de sindicalização e de negociação coletiva:

Art. 4º: Deverão ser tomadas, se necessário for, medidas apropriadas às condições nacionais, para fomentar e promover o pleno desenvolvimento e utilização dos meios de negociação voluntária entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores com o objetivo de regular, por meio de convenções, os termos e condições de emprego.

## 3. A Convenção 154 da OIT (ratificada pelo Brasil em 1992)

- Sobre o fomento à negociação coletiva:

Art. 5º – 1: Deverão ser adotadas medidas adequadas às condições nacionais no estímulo à negociação coletiva;

Art. 8º: As medidas previstas com o fito de estimular a negociação coletiva não deverão ser concebidas ou aplicadas de modo a obstruir a liberdade de negociação coletiva.

## 4. A jurisprudência do STF (15 de abril de 2015)

- Voto no Recurso Extraordinário (RE) 590415/SC

“Enquanto tal patamar civilizatório mínimo (de direitos trabalhistas) deveria ser preservado pela legislação heterônoma, os direitos que excedem sujeitar-se-iam à negociação coletiva, que, justamente por isso, constituiria um valioso mecanismo de adequação das normas trabalhistas aos diferentes setores da economia e a diferenciadas conjunturas econômicas.”;

“O reiterado descumprimento de acordos provoca seu descrédito como instrumento de solução de conflitos coletivos e faz com que a perspectiva do descumprimento seja incluída na avaliação dos custos e dos benefícios de se optar por essa forma de solução de conflito, podendo conduzir à sua não utilização ou à sua oneração, em prejuízo dos próprios trabalhadores.”

**Para empresário, reforma vai reduzir ações; sindicato vê queda de salários**

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Do lado favorável à aprovação da reforma trabalhista, entidades patronais afirmaram que as novas regras modernizam as relações entre empresas e empregados.

Já para sindicatos de trabalhadores, a mudança representa perda de direitos.

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Alexandre Furlan, afirma que a "força de lei" aos acordos entre empresas e funcionários vai reduzir as disputas na Justiça.

"Não se trata, de forma alguma, de perda ou redução dos direitos assegurados e alçados ao patamar constitucional", afirma Furlan.

Para José Pastore, presidente do conselho de emprego e relações do trabalho da FecomercioSP, as mudanças vão permitir a retomada do crescimento da economia.

"A lei, sozinha, não garante empregos. Entretanto, permite que o ambiente de trabalho se torne mais atrativo e sustentável. Com leis claras e existindo respeito ao pactuado, a oferta de emprego existirá", afirma Pastore.

"A jornada parcial tratada no projeto é adequada e pretendida por considerável parcela de empregados em busca de recolocação e por empresas que não podem e não necessitam contar com o empregado em jornada integral. Isso resultará em competitividade e, conseqüentemente, em expansão", diz.

A Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) considerou a aprovação "uma relevante contribuição para o país" e elogiou o Congresso, que, segundo a entidade, mostrou que as turbulências políticas não comprometeram as reformas.

Em nota, porém, a Anbima cobrou uma "agenda ainda mais ampla de reformas". Além da Previdência, citou aspectos tributários e a necessidade de medidas para atrair investimentos.

Contratos precários

Com posicionamento contrário à reforma, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) criticou a aprovação do texto no Congresso.

"A reforma não gera empregos, não aumenta a segurança jurídica, não reduz a litigiosidade na Justiça do Trabalho. Catapulta os conflitos trabalhistas, fomenta a migração para contratos precários e induz à recessão", diz em nota o presidente da Anamatra, o juiz do Trabalho Guilherme Feliciano.

A presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ivone Silva, afirmou que a mudança na legislação "vai aumentar a rotatividade e rebaixar salários e que isso terá um efeito cascata sobre a economia nacional".

João Carlos Gonçalves, o Juruna, da Força Sindical, disse que houve uma "derrota anunciada", mas que a possibilidade de veto e edição de medida provisória cria "uma prorrogação".

O fim da contribuição sindical obrigatória é um dos pontos da reforma trabalhista. O governo do presidente Michel Temer sinalizou a sindicalistas a possibilidade de compensação por uma MP que regulamente a contribuição assistencial após negociação dos acordos coletivos.

Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma (sindicato que reúne indústrias farmacêuticas), afirma que a entidade se posiciona "fortemente a favor" do fim da contribuição sindical obrigatória.

"Os sindicatos precisam se manter pelo serviço que levam a seus associados, e não pelas benesses do governo. Temos 302 associados e eles pagam os nossos custos."

Em pronunciamento após a aprovação da proposta, Temer disse que ela ajudará na retomada da geração de empregos e não tirará direitos dos trabalhadores. "Essa

aprovação é uma vitória do Brasil na luta contra o desemprego e na construção de um país mais competitivo."

## **Para empresários, lei é modernização**

12/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A aprovação da reforma trabalhista, ontem, no Senado Federal, foi, na opinião de representantes da iniciativa privada, uma vitória para o setor produtivo brasileiro, que há anos tenta mudar as leis nacionais.

Para os empresários, a reforma é o início de um caminho de modernização das relações de trabalho que o País começa a trilhar e que trará maior competitividade para as empresas nacionais.

Na opinião do presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso Dias Cardoso, além de dar um pouco de modernidade à legislação trabalhista, a reforma aprovada vai trazer para a legalidade um "monte de gente" que não tem carteira assinada.

"Temos viajado muito mundo afora e é impressionante o "gap" do Brasil em relação ao resto do mundo em termos de relações de trabalho", afirma Cardoso.

Segundo ele, hoje o maior risco para o empreendedor é exatamente o risco trabalhista, já que o judiciário legisla basicamente para o trabalhador.

"Hoje, o Brasil só atrai investimentos em áreas de baixo valor agregado ou naqueles setores ligados a recursos naturais. A primeira coisa que o investidor estrangeiro olha é a questão trabalhista."

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também celebrou a decisão do Senado. "Teremos uma modernização da legislação trabalhista que esperamos há 70 anos. Estamos satisfeitos", afirmou a diretora executiva e jurídica da Fiesp, Luciana Freire.

Para ela, o pilar da reforma é a questão do negociado se sobrepor ao legislado. Nos últimos anos, diz a executiva, a Justiça do Trabalho e o Ministério Público têm anulado as decisões entre os sindicatos e as empresas, o que gerava incerteza para o setor produtivo.

Cardoso, da Abimaq, também elogiou a medida e diz que, ao contrário do que muitos estão afirmando, a nova regra vai dar mais força aos sindicatos, já que os acordos vão prevalecer sobre a legislação.

A reforma, segundo os executivos, vai trazer a legislação para a nova realidade do mercado de trabalho, como o home office. Além disso, afirmam eles, vai beneficiar trabalhadores que estavam à margem da CLT. "Aqueles que não têm carteira assinada, que não têm direito a férias e ao 13.º salário, agora serão legalizados", afirma Luciana, referindo-se aos trabalhadores que vivem de "bicos".

### **Foco**

Para o presidente do Sindicato da Habitação (Secovi), Flavio Amary, a reforma trabalhista era uma necessidade para devolver a competitividade ao País. Para ele, neste momento, o foco do Congresso deve ser exatamente a aprovação de medidas que deem condições para a economia retomar o crescimento.

Ontem, a entidade publicou uma carta onde elogia os "acertos da política econômica" e as "propostas reformistas", que têm permitido a retomada da produção e a geração de emprego.

"Entendemos que não podemos ser neutros. Não se trata de defender partido, mas neste momento acreditamos que o Congresso, em conjunto com o executivo, tem de continuar as reformas e daqui a um ano e meio passamos por novas eleições", diz o presidente da entidade.

## **Nunca houve desmonte tão grande dos direitos trabalhistas, diz economista**

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A reforma trabalhista aprovada no Senado obedece a uma lógica favorável à empresas, e não aos trabalhadores, afirma o economista José Dari Krein, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho.

"A regulação do mercado de trabalho não foi criada para seguir uma lógica apenas econômica, mas para preservar a vida das pessoas e garantir que a relação entre o capital e o trabalho não seja tão assimétrica", defende.

O economista diz ainda que não há nenhuma prova de que as mudanças propostas vão gerar mais empregos ou incentivar a formalização do mercado de trabalho.

Veja a entrevista que Krein deu à **Folha** por telefone.

\*

**A principal mudança na reforma trabalhista é de prevalência do negociado sobre o legislado. Há quem diga que isso fortalece os sindicatos; outros, que os enfraquece. Qual é a sua posição?**

Enfraquecimento, por conta das alterações estruturais [como o aumento do setor de serviços] que levaram à fragmentação da base do sindicalismo. A reforma vai aprofundar ainda mais com a liberação da terceirização, [com] os trabalhadores divididos em muitos sindicatos diferenciados. Ou seja, a reforma aprofunda essa fragmentação, ela cria mais divisões e menor capacidade de ação coletiva para estabelecer regras mais favoráveis aos trabalhadores.

**Essas mudanças não incentivariam as entidades a 'mostrarem serviço'?**

Elas enfraquecem os sindicatos. Claro que sou favorável a uma reforma sindical, como em relação à contribuição sindical, mas a lógica na qual ela foi introduzida foi como instrumento de coerção ao movimento para que ele aceite alguns termos da reforma. O sindicato é uma instituição pública que cumpre um papel importante para garantir uma sociedade mais sadia. Você tem que ter uma reforma sindical, mas aqui você não está discutindo isso, você está simplesmente esvaziando os sindicatos. Por isso sou muito crítico.

**Você diz que o trabalho intermitente aumenta a insegurança do trabalhador, mas ao mesmo tempo ele não estaria formalizando quem vive hoje à margem, fazendo bicos?**

A empresa vai te pagar no momento que ela precisar de você. Isso é o cúmulo da precarização do trabalho. É uma das coisas mais draconianas que está se propondo na reforma trabalhista. Além disso, tem um efeito devastador sobre a seguridade social. Primeiro, para conseguir o tempo de contribuição, mas também como fonte de financiamento. Não há nenhuma evidência para dizer que o contrato intermitente vai formalizar. Até onde formalizar, vai ser numa situação absolutamente precária. Você muda a estatística, mas não a realidade de vida das pessoas.

A regulação do mercado de trabalho não foi criada para seguir uma lógica apenas econômica, mas para preservar a vida das pessoas e garantir que a relação entre o

capital e o trabalho não seja tão assimétrica. Há um ou outro trabalhador mais qualificado que pode ter vantagem, mas isso é uma minoria. Tem que atualizar a lei, mas a partir de um princípio de proteção do trabalhador.

### **Houve em algum outro momento alterações tão profundas sobre a CLT?**

Nunca houve avanço tão grande sobre os direitos trabalhistas. Você tem às vezes medidas pontuais, mas essa reforma é uma desconstrução completa do nosso código de trabalho. Você vai fragilizar a regulação geral em nome da negociação particular por setores. Nos anos 2000 você tem uma melhora substantiva da economia, o que alivia a pressão em torno da reforma. Ao mesmo tempo, tinha uma força de contraposição que impedia que essa legislação entrasse para valer.

Agora, quando aparece a crise econômica aqui, a reforma apareceu com força, já em 2012 você vê a agenda da CNI e a agenda legislativa do Congresso. Aí eles colocam como tema prioritário a reforma trabalhista, assim como redução dos impostos, que é onde eles podem ganhar com mais facilidade. E o governo aceitou essa pauta. A Dilma [Rousseff] já começou a aceitar quando fez aquela MP do seguro-desemprego e abono salarial, aquilo já era sinal de que ela começou a aceitar.

Tudo isso cresce muito desde 2013, até porque o governo está mais fragilizado. Uma coisa que me impressionou muito é a redução do horário de almoço, coisa que eu achava que não ia ouvir mais.

O problema é que consumir a força de trabalho, conforme sua necessidade, não constrói o país. Isso vai reduzir salários, vai reduzir demanda, e criar dificuldades adicionais para a retomada da economia.

### **As centrais têm capitaneado os movimentos de rua contra as reformas. Esse papel fortalece as entidades aos olhos dos trabalhadores ou instiga a visão de "baderneiros"?**

O sindicato historicamente sempre foi uma instituição rejeitada por uma parte da sociedade. Isso é histórico. Até porque é uma instituição de contraposição ao que é hegemônico na sociedade.

O sindicato não pode se amedrontar de ser contraponto porque ele é uma expressão de que existem interesses diferentes na sociedade.

Ter uma política mais clara de contraposição às reformas é uma oportunidade para se fortalecer na sociedade, de vocalizar os segmentos que estão sendo penalizados pelas reformas em curso. Inclusive o crescimento da sindicalização aqui tem a ver exatamente com esse papel que o sindicato começa a assumir. Não tem que ter medo do confronto porque ele expressa uma posição de classe na sociedade.

### **Desde 2013, o número de sindicalizados vem aumentando. Por quê?**

Em um ambiente de mercado de trabalho mais precarizado, de insegurança para os trabalhadores, eles vão buscar em algum lugar um ponto seguro para se defender. A principal resposta para se sindicalizar, segundo pesquisa feita pelo IBGE, é por acreditar que ele é responsável pela defesa de direitos. Não é por conta dos serviços oferecidos, nada disso.

Então há um certo reconhecimento entre os trabalhadores, mesmo que os sindicatos estejam perdendo força, de que os sindicatos são algo importante. Isso é muito positivo, porque não acho que podemos ter uma sociedade democrática e civilizada sem a presença de um movimento sindical com trabalhadores organizados que possam se contrapor à lógica do mercado.

Uma sociedade baseada nas ideias do mercado autorregulado, hegemônicas nos últimos tempos, ela tende a não ter coesão social, ela tende a romper o tecido social.



Então há uma certa recuperação da sindicalização nesse período recente em razão do reconhecimento do sindicato como defensor de direitos, e isso é positivo para o país.

### **O que explica a crise de representatividade que atinge o movimento sindical?**

A crise do sindicalismo tem a ver com o processo de globalização que favoreceu muito as empresas, que puderam pressionar os sindicatos que não aceitassem suas regras com o argumento de fazer investimento em outros países.

O movimento sindical também perdeu base com a ampliação de setores como o de serviços, de categorias muito fragmentadas. Há também uma visão hegemônica no mundo de crise de representatividade. Você tem que entender o enfraquecimento nesse processo. Mas há muitos indicadores que mostram que o movimento sindical se fortaleceu. O número de greves e de filiados voltou a crescer.

O resultado das negociações salariais foi favorável às categorias nos últimos anos. Então o sindicalismo brasileiro, em relação ao mundo, se fragilizou menos. É verdade que o movimento sindical, como todas as instituições políticas, perdeu credibilidade nos últimos anos.

Na minha opinião, isso tem a ver com essas mudanças mais gerais que foram acontecendo no mercado de trabalho, na economia, em sua organização, e também há essa tese de você fortalecer essa perspectiva de jogar sobre o indivíduo a responsabilidade sobre sua inserção no mercado de trabalho.

Como vou melhorar minha condição de vida? Vou apostar na ação coletiva ou na minha qualificação para competir com o outro? Então o que prevaleceu foi essa competição entre os indivíduos, num quadro de maior precariedade, e isso anda contra a ação coletiva, porque o sindicato tem que apostar na solidariedade.

### **O mercado de trabalho vem passando por mudanças estruturais, como o aumento do setor de serviços, cuja natureza dificulta a organização coletiva. Como o movimento sindical tem se adaptado a esse processo?**

De fato, você tem uma classe trabalhadora mais fragmentada. Então você torna ainda mais importante nesse contexto estabelecer parâmetros civilizados na legislação para o conjunto de trabalhadores menos organizados conseguirem sobreviver. Os setores mais organizados conseguem se defender, têm poder de barganha.

Por isso torna mais importante a ação dos sindicatos nos parâmetros inscritos no marco legal. Diante do mercado de trabalho mais fragmentado, com a terceirização, quanto mais você descentralizar as decisões das regras que vão definir a relação de emprego, mais você estará fragilizando o movimento sindical. Então você tem que organizar os trabalhadores na defesa de certos princípios para se defender dessas mudanças.

## **A reforma trabalhista mexe em muita coisa, mas não nos seus direitos**

12/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***O governo federal tem usado um mantra que parece coisa da oposição para convencer os parlamentares a votarem a favor da reforma trabalhista: "nenhum direito a menos". O texto, que está em vias de ser aprovado no Senado, muda muita coisa, mas não retira, em regra, direitos dos trabalhadores***

Certamente você já ouviu o bordão "nenhum direito a menos" por aí. O mantra ganhou força nos protestos daqueles que são contrários às reformas trabalhista e da Previdência e em vários setores mais ligados à esquerda. Ironicamente, esse mote também está servindo para o governo federal convencer os parlamentares a manter a reforma trabalhista em tramitação. E a votarem a favor, de preferência, para horror

daqueles que argumentam que a mudança seria como queimar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em geral, o texto que está em vias de ser aprovado no Senado não retira direitos – muito menos destrói a legislação da década de 1940. De todas as mudanças propostas, é possível afirmar que há dois direitos revistos no texto: as horas *in itinere* e o intervalo obrigatório de 15 minutos para mulheres antes do início da hora extra. Ainda assim, existem argumentos coerentes para justificar essas alterações. De resto, a nova lei promove uma mudança na lógica da relação trabalhista.

“Essencialmente, o texto por si só não retira os direitos trabalhistas. O que ele faz é flexibilizar, permitir a negociação. A começar com o intervalo do almoço, que é de uma hora, mas pode virar 30 minutos”, lembra Elton Duarte Batalha, professor de direito do trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Para ele, a versão da oposição é falsa, mas o governo também força a mão para afirmar que não há retirada de direitos – há, mas são irrelevantes.

“A reforma não diz ‘olha, isso aqui não é mais devido’ ou ‘se trabalhar mais do que a jornada não vai poder tirar férias’. Quando se afirma que não há retirada dos direitos é por isso. Mas há mudança no eixo de proteção e se procura dar mais ênfase nas negociações”, afirma o advogado especialista em relações do trabalho Fabiano Zavarella, sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados.

Para ele, essa mudança de eixo é o principal ponto de ruptura. Desde 1943, quando passou a vigorar, até agora, a CLT passou por várias modificações, mas sempre se pautou pelo princípio de proteção: o empregado é hipossuficiente. A partir da reforma, a negociação ganha mais peso e as convenções coletivas, aquelas negociadas pelos sindicatos dos trabalhadores, podem até valer mais do que a lei.

### ***Esse direito saiu. Mas era direito mesmo?***

Entre todas as mudanças propostas pela reforma trabalhista, dois direitos foram revistos – horas *in itinere* e intervalo obrigatório para mulheres antes da hora extra. Mas a reflexão que fica é o quanto a retirada desses direitos irá, de fato, prejudicar o trabalhador.

A mudança mais fácil de ser criticada é a das horas *in itinere*. Hoje, quando o empregador fornece o transporte para o trabalhador, nos casos de locais de difícil acesso, o tempo que ele gasta no deslocamento de casa até a empresa é incorporado à jornada de trabalho. Ou seja: pode gerar mais horas extras. “Com a reforma, ele acaba por uma questão de lógica: o empregador tem um custo por um serviço que deveria ser fornecido pelo poder público. A meu ver, é um direito retirado justamente”, defende Batalha.

E ainda há outros argumentos favoráveis à mudança. Um deles está no parecer do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que relatou a reforma trabalhista na Câmara. “Essa medida, inclusive, mostrou-se prejudicial ao empregado ao longo do tempo, pois fez com que os empregadores suprimissem esse benefício [fornecimento de transporte] aos seus empregados”, diz o texto.

Para Zavarella, muitas empresas sequer ofereciam oportunidades de empregos, caso precisassem ser as responsáveis pelo transporte dos funcionários para evitar possíveis condenações. “É um direito que surge a partir do momento que o transporte é oferecido pela empresa. Se ela não oferece, não é um direito”, argumenta.

A outra situação só influencia as mulheres e é alvo de discordância entre a Câmara e o Senado. Pela CLT, elas são obrigadas a fazer um intervalo de 15 minutos antes de começar a hora extra. E não há justificativa sobre a razão de isso só valer para elas – e não para todos os trabalhadores. Os deputados aprovaram a retirada da distinção

da CLT. Já os senadores sugerem que o presidente Michel Temer (PMDB) vete essa modificação.

“Isso [intervalo] não é observado, a maioria das pessoas nem sabe que isso existe”, pontua Zavanella. O advogado lembra que o tema já foi discutido até para estender o benefício aos demais trabalhadores – e que geralmente o argumento usado é a fisiologia mais lenta da mulher. O professor Batalha concorda e lembra que a jurisprudência tende a considerar que se o intervalo é necessário, deve ser concedido tanto para mulheres quanto para homens.

O trabalhador que já está prestes a fazer hora extra não quer mais um motivo para sair ainda mais tarde do trabalho, principalmente quando é obrigado a fazer esse intervalo forçado. Essa mudança parece caminhar no mesmo sentido da eliminação de um artigo da CLT, que dizia que a mulher só poderia ajuizar uma ação na Justiça do Trabalho com autorização do marido. Isso já havia virado letra morta – e não há necessidade alguma de manter um dispositivo assim na lei.

### ***Sindicato, mostra a tua cara***

A ideia de fazer o negociado prevalecer sobre o legislado, como apregoa a reforma em curso, não é nova. É o que lembra o advogado Hélio Gomes Coelho Júnior, professor de direito do trabalho da PUC-PR.

“Nos tempos de FHC, a Câmara dos Deputados já havia aprovado tal regra. Mas, como assumiu em seguida o Lula, e o projeto estava no Senado, houve a sua retirada”, relembra. Para ele, a proposta de permitir que empresas e sindicatos possam dispor sobre muitos temas do dia-a-dia da vida de patrão e empregado pode trazer bons avanços.

E, da forma como está sendo conduzida, a mudança vai promover mais segurança jurídica. Batalha lembra que ao assinar uma convenção coletiva em que haja um acordo para reduzir o intervalo de almoço, haverá mais segurança de que o novo combinado será cumprido e não questionado posteriormente. “Não é um acordo feito entre empregador – mais forte – e empregado – mais fraco. É um acordo entre dois entes coletivos- empregador e sindicato”, ressalta.

Outro aspecto é dar mais autonomia às categorias. “Cada um vai participar das decisões que vão influenciar a própria vida, ao invés de o Estado determinar quais são as melhores condições de trabalho para cada um. As condições mínimas não são alteradas”, pontua.

A grande sacada da reforma é impor que aos sindicatos que mostrem a sua cara, argumenta Zavanella. “Ao colocar o fim da contribuição sindical obrigatória, a reforma tira uma das amarras do apoio estatal. Ora, se você nada faz e vive só disso, você vai desaparecer. O sindicato terá de trabalhar para forçar que os trabalhadores se associem e contribuam”, analisa.

Para Zavanella, é preciso ficar atento para as matérias em que há mais autonomia ao empregado, como o banco de horas individual e o distrato de trabalho. “Para algumas camadas de empregados, talvez isso funcione melhor, porque eles têm mais clareza, grau de conhecimento e posição no mercado de trabalho. Mas não sei se isso atingirá a grande camada de trabalhadores, porque o mercado é muito grande. Individualmente, o empregado é frágil e para negociar sozinho é mais complicado”, pondera.

### ***Reforma necessária. Mas há problemas***

A reforma trabalhista se justifica ao atualizar uma lei antiga e vasta, trazendo pontos que cobrem a modernização das relações trabalhistas, como os novos tipos de jornada. Mas ela tem suas falhas e ainda vem sendo discutida em meio a uma grande crise política.

"Na verdade, essa reforma é boa, não é perfeita, ela tem vários problemas", pondera Batalha. Para ele, um dos graves problemas é o dano extrapatrimonial – aquele que não é só material, mas também moral ou estético, por exemplo. Nessa reforma, há um teto para esse valor, baseado no último salário contratual da vítima.

O teto para a ofensa gravíssima é de 50 vezes o salário da vítima e aí pode haver uma distorção. Se um gerente e uma faxineira da mesma empresa sofrerem uma injúria, ela receberia um valor muito inferior de indenização. "Justamente a pessoa que é menos empregável, que tem menos oportunidade, receberia uma indenização menor. Isso é um problema ético", argumenta.

### **Maia vai barrar medida provisória de Temer que ajusta reforma trabalhista**

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Rodrigo Maia, presidente da Câmara, durante sessão em abril

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que vai engavetar a medida provisória proposta pelo presidente Michel Temer para fazer ajustes na reforma trabalhista aprovada nesta terça-feira (11) no Senado.

Maia anunciou sua decisão nas redes sociais e declarou à **Folha** que não pretende pautar a MP prometida pelo governo para atenuar a reforma trabalhista, em um acordo com a base aliada do Senado para garantir a aprovação da nova legislação, votada anteriormente na Câmara.

"Não participamos de nenhum acordo. Queremos reformar o Brasil. Chega de mentiras", afirmou Maia.

Para o presidente da Câmara, o Congresso deve "liderar a agenda" de reformas no país, em um sinal de que deve aceitar cada vez menos influência do Palácio do Planalto sobre as discussões no Legislativo.

"A reforma trabalhista é o primeiro momento de grandes mudanças no nosso país. Ainda vêm a Previdência, a tributária, a segurança e a redução da pobreza. Vamos de verdade mudar o país. A Câmara já liderou e vai continuar liderando", disse à **Folha**.

Maia classificou o texto da reforma trabalhista aprovado pelo Congresso como uma "revolução" e declarou que qualquer alteração feita via medida provisória, como a prometida por Temer, seria um "retrocesso".

"A Câmara não vai tratar de nenhum retrocesso. Acordos do atraso não estarão na nossa agenda. Queremos um novo Brasil", afirmou.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse à **Folha** não ter "compromisso" com o acordo firmado pelo Planalto. "Como não tratei de MP e nenhum compromisso sobre mudanças, estou fora disso", afirmou.

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), reagiu à decisão de Maia. "Estranho o comportamento do presidente da Câmara. É inadmissível, inaceitável, descortês e deselegante ele se manifestar sobre isso depois do fato consumado", declarou.

Já o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), disse que a afirmação do presidente da Câmara mostra que os senadores "erraram" ao aprovar a reforma levando em conta o acordo com Temer. Para ele, Maia mostrou uma postura "extremamente de direita, agressivo com trabalhadores, que deriva de uma pressão do setor empresarial".

## **ACORDO**

Para convencer a base aliada a aprovar a reforma trabalhista sem modificar o projeto que veio da Câmara, o governo firmou em maio um acordo com senadores em que previa alterações na legislação aprovada a partir da edição de uma medida provisória. Com isso, Temer evitava que a proposta fosse alterada no Senado e tivesse que voltar à Câmara, o que implicaria em um atraso no cronograma das reformas. Para sinalizar força ao mercado, num momento de forte crise política, o Planalto ofereceu a MP como alternativa para acelerar a aprovação do projeto.

Uma vez que o acordo previa que as alterações seriam feitas via MP, as propostas de emenda ao texto original foram rejeitadas pelos senadores nesta terça (11), como desejavam os aliados de Temer. O projeto foi enviado ao presidente para ser sancionado.

Entre os pontos que devem ser modificados via MP estão regras para o contrato de trabalho intermitente, de autônomos, e o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres.

A reforma trabalhista é uma das prioridades legislativas de 2017 de Temer, que enfrenta uma grave crise política e a ameaça de perder o cargo.

As mudanças são defendidas por entidades empresariais e contestadas pelos partidos de esquerda e pelos sindicatos de trabalhadores.

O projeto que altera as leis trabalhistas foi aprovado nesta terça depois de uma sessão tumultuada em que Eunício chegou a apagar as luzes e desligar os microfones do plenário. Senadoras da oposição ocuparam a mesa diretora da Casa por sete horas, impedindo Eunício de presidir a sessão. O texto foi aprovado por 50 votos favoráveis e 26 contrários. Não foram feitas alterações ao projeto da Câmara.

A reforma estabelece a prevalência, em alguns casos, de acordos entre patrões e empregados sobre a lei, o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, obstáculos ao ajuizamento de ações trabalhistas, limites a decisões do Tribunal Superior do Trabalho, possibilidade de parcelamento de férias em três períodos e flexibilização de contratos laborais, entre outros pontos.

Os defensores das medidas afirmam que elas são necessárias para modernizar uma legislação ultrapassada e que inibe o desenvolvimento econômico. Os críticos dizem que as novas regras precarizam as relações do trabalho.

## **Michel Temer fará declaração à imprensa**

12/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após a aprovação da reforma trabalhista no Senado, por 50 votos a 26, o Palácio do Planalto anunciou que o presidente Michel Temer fará uma declaração à imprensa no Palácio do Planalto. Normalmente, após aprovações de matérias importantes o presidente tem usado o porta-voz Alexandre Parola para exaltar o apoio do Congresso.

Diante da proximidade da apreciação da denúncia por corrupção passiva contra ele, entretanto, Temer tem sido cada vez mais o protagonista das articulações e por isso resolveu ele mesmo dar a declaração. Temer assistiu à aprovação de seu gabinete com ministros e aliados. Segundo uma fonte que estava com o presidente ele ficou bastante satisfeito com o placar.

Mais cedo, diante do imbróglio causado pela oposição no plenário, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, havia reafirmando que o governo ainda acreditava que conseguiria votar o texto da reforma trabalhista nesta terça-feira, 11, no Senado.

O ministro rechaçou a possibilidade de o governo fazer um acordo com a oposição, que levaria o texto de volta à Câmara. "O governo não vai fazer acordo", disse ao deixar a cerimônia no Palácio do Planalto. "Vai votar hoje", completou o ministro.

O presidente Temer já se comprometeu com senadores a editar uma Medida Provisória para atender a algumas modificações no texto da reforma, justamente para evitar que o texto retornasse à Câmara.

Segundo auxiliares do presidente, a MP está em elaboração e um grupo do Ministério do Trabalho finaliza o acerto com sindicalistas e parlamentares para que possa ser publicado após a aprovação da reforma.

### **Ministro discute regimento de Conselho Nacional do Trabalho com centrais sindicais**

12/07/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

*Nova reunião foi agendada para o dia 25 para tratar das propostas que serão apresentadas*



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, recebeu representantes de centrais sindicais nesta terça-feira (11) para tratar de uma proposta de anteprojeto do regimento interno do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Ficou decidido que uma nova reunião será realizada no dia 25 de julho, às 10h, para discutir sugestões sobre o funcionamento do órgão.

O CNT foi instalado no dia 1º de junho para tratar de questões relacionadas ao mundo do trabalho e de proposições que servirão de base para a elaboração de políticas públicas. O conselho é composto por dez representantes dos trabalhadores, dez de empregadores e dez do governo.

"A definição do regimento interno vai permitir o trâmite das propostas de forma mais célere e organizada, estabelecendo as regras para a participação de cada integrante do conselho. A ideia é otimizar os trabalhos para dar efetividade às propostas apresentadas", disse o ministro Ronaldo Nogueira.

O secretário-geral da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite, destacou a importância do conselho para a discussão de temas relacionados ao universo laboral e que interessam aos trabalhadores. Segundo ele, 80% do movimento sindical estão representados no conselho por meio das centrais sindicais.

Entre as entidades presentes à reunião com o ministro estavam a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

## Desafio agora é reforma da Previdência

12/07/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Para economistas, resultado da votação no Senado não representa fortalecimento de Michel Temer nem garantia de novas vitórias no Congresso

A aprovação da reforma trabalhista no plenário do Senado foi uma demonstração da capacidade de articulação do governo de Michel Temer, mas não é garantia de que a reforma da Previdência, a outra grande aposta do governo para colocar a economia nos trilhos, será aprovada pelo Congresso, na avaliação de economistas.

“A [reforma da]Previdência precisa de uma maioria qualificada, dois terços dos parlamentares, com votação em dois turnos na Câmara e no Senado. Mesmo antes da delação da JBS, o governo não tinha essa maioria”, disse o economista e sócio da 4E Consultoria, Juan Jensen. Ele diz que apenas uma versão muito desidratada da reforma previdenciária poderia passar. “Talvez, eventualmente, apenas as alterações na idade mínima e regras de transição.”



Plenário do Senado aprovou a reforma trabalhista por 50 votos favoráveis e 26 contrários

O economista lembra que, para isso, entretanto, Temer terá de articular a base para impedir o encaminhamento da denúncia contra ele ao Supremo Tribunal Federal (STF). “Ele precisa de apenas um terço dos votos na Câmara: não é tanto para um presidente que sabe fazer essa articulação e já liderou o Congresso por alguns mandatos”, avalia.

Para o professor do Insper, Carlos Melo, o “governo vai bater bumbo, aproveitar o resultado para mostrar que está forte, mas o que vale para o Senado não vale para a Câmara”.

Na avaliação do analista político da XP Investimentos, Richard Back, a votação expressiva em favor da reforma trabalhista contou com a contribuição de fatores alheios ao governo. “A reforma trabalhista andou, em parte, sozinha. Teve a liderança de Romero Jucá, assim como o comprometimento do PSDB com a pauta”, afirmou.

Para o analista, o governo ainda tem alguma credibilidade, mas o resultado em si não representa um fortalecimento de Michel Temer, que ainda se encontra em situação delicada. O analista da XP lembra que a equipe econômica também teve um papel essencial na aprovação da matéria.

“Na situação em que Temer está, qualquer respiro é positivo”, afirmou. Por isso, o presidente deve tentar recuperar algum capital político com a aprovação. Ainda assim, diz Back, a aprovação por uma margem ampla no Senado deve ter efeitos neutros na situação de Temer em relação à denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República e que terá seu encaminhamento ao STF votado na Câmara.

Já o ex-secretário de Política Econômica Márcio Holland avalia que a aprovação da reforma trabalhista sugere consciência do Congresso sobre a urgência da implementação de reformas no País, independentemente da crise política. “Minha leitura é de que a passagem das reformas, seja a trabalhista, seja a previdenciária,

acaba acontecendo pela necessidade dessas medidas”, comenta Holland, que é professor da FGV.

O economista diz manter a confiança na aprovação da reforma da Previdência até o fim do ano, mesmo que numa versão com impacto fiscal entre 30% e 40% inferior ao previsto na proposta original encaminhada à Câmara. “Acho que o Congresso está entendendo que temos uma crise fiscal gravíssima.”

### **Em pouco mais de 1 ano, controlamos inflação e acabamos com recessão, diz Dyogo**

12/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou nesta terça-feira, 11, durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Regularização Fundiária, no Palácio do Planalto, que o presidente Michel Temer tem enfrentado adversidades, mas tem conseguido tocar a agenda de retomada economia.

“Em pouco mais de um ano, nós controlamos a inflação e acabamos com a recessão e baixamos os juros. Isso não é pouca coisa e foi conseguido pela determinação do presidente”, afirmou, para uma plateia formada de aliados, que seguiam aplaudido os discursos em diversos momentos. “Tudo isso continuará porque governo está determinado”, completou o ministro.

Segundo Dyogo, a vida no governo “é uma vida dura”, mas medidas como essas estimulam a equipe, já que elas possuem “um efeito social e de cunho humano, mas também tem reflexos na economia. “Tudo isso gera riqueza”, afirmou Dyogo, reforçando que o governo tem trabalhado diuturnamente para a retomada do crescimento.

O ministro disse que serão enviadas 150 mil cartas para 150 mil famílias fazerem os registros gratuitos, e que esse número de famílias deixará de morar em uma área da União que não proporcionava segurança.

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, discursou antes de Dyogo e também elogiou o presidente da República. Falou que esse ato, “dentre tantos outros, de vossa autoria, ou sob sua batuta, mostra que nosso governo continua trabalhando intensamente”. “Sua dedicação, presidente, e coragem mostram que Brasil não pode e não vai parar”, afirmou.

No esforço de dar ares de normalidade à rotina do governo, o presidente Michel Temer anuncia ainda nesta tarde o Programa Nacional de Regularização Fundiária, que facilitará a legalização de imóveis nas áreas urbana e rural. Ele é amparado pela Medida Provisória 759, aprovada pelo Congresso e convertida em lei.

### **Produção industrial do Paraná cresce acima da média nacional**

12/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

O crescimento de 0,8% na produção industrial em maio, reflete expansão no parque fabril em 10 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que divulgou nesta terça-feira, 11, os dados regionalizados da produção. As informações são da Agência Brasil. No mesmo período, o avanço no Paraná foi de 1,4%.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal Regional, o crescimento que se refere aos dados dessazonalizados teve como principal destaque o estado do Ceará, onde a expansão chegou a 5,9%, representando 5,1 pontos percentuais acima do crescimento médio nacional da indústria e já divulgado na semana passada pelo IBGE, com índice de



0,8%. Em seguida vem a Bahia, cuja expansão, não menos significativa, chegou a 3,6% e o Pará, com 3,1%.

O Ceará foi a segunda expansão consecutiva, acumulando em abril e maio alta de 7,3%; enquanto a Bahia reverteu a queda de 0,7% registrado no mês de abril. O estado do Pará eliminou parte da perda de 7,5% acumulada entre fevereiro e abril deste ano. No Rio Grande do Sul e em São Paulo a expansão foi 2,5%; em Santa Catarina (1,4%); no Paraná (1,4%); e na Região Nordeste (1,3%); todos com resultados acima da média nacional da indústria.

Com resultados positivos ficaram ainda Goiás, que registrou o mesmo avanço de 0,8% do crescimento da indústria para a totalidade do país; e Pernambuco, que apresentou resultado praticamente estável ao crescer apenas 0,1%. Entre os quatro estados com resultados negativos ficaram o Amazonas, cuja indústria registrou a maior retração: de -3,6%, intensificando a queda de 0,6% verificada no mês anterior. As demais taxas negativas foram assinaladas no Espírito Santo (-1,9%), Rio de Janeiro (-1,6%) e em Minas Gerais (-0,2%).

**ACUMULADO** Os dados do IBGE indicam, por outro lado, que o crescimento de 0,5% acumulado pela indústria nos primeiros cinco meses do ano (janeiro-maio) reflete expansões em 10 dos 15 locais pesquisados, frente a igual período do ano passado. Os avanços mais acentuados foram assinalados pelo Rio de Janeiro, que ao avançar 4,6%, chegou a registrar crescimento 4,1 pontos percentuais acima da média nacional; Santa Catarina (4,3%); Espírito Santo (3,4%); e Paraná (3,1%). Em Minas Gerais o crescimento foi 2,1%; no Amazonas e no Rio Grande do Sul (1,9%); em Goiás (1,5%); e em Pernambuco (1,3%) - todos com resultados estão acima da taxa média do país de 0,5%.

Já o Pará registrou expansão de 0,2%. Segundo o IBGE, nesses locais, o maior dinamismo foi "particularmente influenciado por fatores relacionados à expansão na fabricação de bens de capital (em especial aqueles voltados para o setor agrícola e de construção); de bens intermediários (minérios de ferro, petróleo, celulose, siderurgia e derivados da extração da soja); de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos da "linha marrom"); e de bens de consumo semi-duráveis e não duráveis (calçados, produtos têxteis e vestuário).

Por outro lado, a Bahia, ao fechar os primeiros cinco meses com queda de 6,6% em seu parque fabril, apontou o recuo mais elevado no índice acumulado do ano, chegando a ficar 7,1 pontos percentuais abaixo do crescimento médio nacional do período.

A queda expressiva foi pressionada, principalmente, pelo comportamento negativo vindo dos setores de metalurgia (barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel, naftas para petroquímica e gasolina automotiva). Os demais resultados negativos foram registrados na Região Nordeste (-1,6%), no Mato Grosso (-1,4%), em São Paulo (-0,6%) e no Ceará (-0,2%).

**CEARÁ** Os dados divulgados pelo IBGE indicam, ainda, que o expressivo crescimento de 5,9% verificado na indústria cearense de abril para maio foi impulsionado principalmente pelos setores de petróleo, vestuário e calçados.

O expressivo resultado acontece depois de o estado ter atingido em novembro do ano passado o patamar mais baixo de produção da série histórica: de -28,6%. A indústria cearense já havia mostrado recuperação no mês de abril (1,3%), o que levou o crescimento de maio fechar os dois últimos meses com avanço de 7,3%.

## **IBGE: indústria de SP avança há 2 meses, mas está 22% abaixo do pico de produção**

12/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O parque industrial de São Paulo, o maior do País, registrou um avanço de 2,5% na produção em maio ante abril, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado sucede uma alta de 1,1% no mês anterior.

A indústria paulista, no entanto, está longe de uma trajetória de retomada, avaliou Rodrigo Lobo, analista da Coordenação de Indústria do IBGE. O parque industrial local ainda opera 22,6% abaixo do pico registrado em março de 2011.

"A indústria de São Paulo está 13,4% acima do ponto mais baixo de produção, alcançado em julho de 2003. Então a produção está mais próxima do ponto mais baixo do que do ponto mais alto da série histórica", apontou Lobo.

Na comparação com maio de 2016, a indústria de São Paulo teve expansão de 4,3%, o maior crescimento desde setembro de 2013, quando a expansão foi de 5,7%.

A atividade de veículos automotores teve um salto de 28,5%, mas o desempenho local também foi ajudado por máquinas e equipamentos, com avanço de 12,2%, e derivados de petróleo e biocombustíveis, com alta de 6,6%. "Mas São Paulo ainda está bastante longe de uma recuperação consistente. Houve melhora, mas no acumulado do ano a taxa ainda está negativa (-0,6%)", observou Lobo.

Na passagem de abril para maio, o avanço na produção industrial foi disseminado entre as regiões do País, alcançando 10 dos 14 locais pesquisados. Na comparação com maio de 2016, 10 dos 15 locais investigados aumentaram a produção.

## **Relator de novo juro do BNDES está do lado do governo, diz secretário**

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Relator de novo juro do BNDES está do lado do governo, diz secretário

O relator da MP (Medida Provisória) que estabelecerá a nova TLP (Taxa de Longo Prazo) está do lado do governo, afirmou o secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, Fabio Kanczuk, em conferência com clientes do Credit Suisse.

A TLP foi pensada para balizar os financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em substituição à TJLP, que é decidida de três em três meses e hoje está em 7% ao ano.

A ideia é que a nova taxa acompanhe os custos que o governo tem para se financiar, reduzindo subsídios.

"A sensação é que ele [o relator] está entendendo, está do nosso lado. Ele precisa de argumentos e a gente está dando para ele".

Na mesma conferência, o secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida disse que a unidade de Fazenda, Banco Central e Planejamento é grande em torno do assunto.

Disse ainda que para a TLP, no futuro, ficar próxima ao que é a TJLP hoje, de 7% ao ano, é preciso avançar na agenda de reformas e ter um cenário consolidado de inflação baixa e juros baixos. "Isso sem excluir o ajuste fiscal com a aprovação da reforma da Previdência".

Mansueto admitiu, no entanto, que o governo não vai, necessariamente, convencer o corpo técnico do BNDES.

"Grande parte dele quer juros bastante subsidiados e um governo que atua bastante forte em política setorial e industrial, mas claramente essa não é a orientação desse governo", disse.

Basta ver, afirmou, que a TJLP é hoje o dobro da inflação esperada, enquanto alguns anos atrás ela ficou abaixo da inflação. "A postura já mudou radicalmente".

"Estamos bastante otimistas que vamos aprovar a TLP e para isso precisamos convencer mais a sociedade do que o BNDES. É um plano de longo prazo, ao longo de cinco anos."

## **IMPOSTOS**

Com relação ao aumento de impostos de forma a ter impacto relevante na arrecadação ainda em 2017, Kanczuk disse que ainda há espaço para "muita coisa ser feita" no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Ele também não descartou aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis, que não precisaria de noventena –o período necessário para que alguns impostos passem a valer.

"A gente também enxerga que as alíquotas têm que ser grandes para conseguir efeito relevante neste ano", disse, lembrando que a elevação resultaria em alguns bilhões e não dezenas de bilhões.

Ele excluiu, no entanto, mexer no IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre o câmbio ou o crédito. "Não tem cabimento. Faz mais mal do que bem".

Para 2018, disse Kanczuk, o leque abre bastante. Além do cancelamento de desonerações feitas pelo governo anterior, o PIS/Cofins sobre combustíveis também não está descartado.

## **SURPRESOS COM A IMPRENSA**

Mansueto e Kanczuk falaram em uma conferência para clientes do Credit Suisse e se surpreenderam quando souberam por terceiros que a imprensa estava dando publicidade às conversas.

Ambos achavam que a conferência seria fechada à imprensa e se mostraram desconfortáveis com a situação.

Em meio a desculpas da equipe do Credit Suisse, que alegou não ter convidado jornalistas para o call, a conferência foi encerrada.

## **Sonegação e inadimplência de ICMS no setor de combustíveis atinge R\$ 4,8 bi/ano**

12/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A sonegação e a inadimplência de Imposto sobre Circulação e Mercadorias e Serviços (ICMS) no setor de combustíveis deve atingir R\$ 4,8 bilhões por ano, no dado relativo a 2016, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, relatou o diretor de Planejamento Estratégico do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), Helvio Rebeschini, durante workshop promovido pela entidade.

Apenas em São Paulo, os 20 maiores devedores acumulavam R\$ 16 bilhões em dívida ativa, até fevereiro deste ano. Destes, apenas quatro empresas estão ativas, disse Rebeschini. De acordo com a Procuradoria do Estado de São Paulo, hoje a maior devedora no Estado é a Refinaria de Petróleos de Manguinhos, que está ativa.

O Sindicom tem trabalhado para combater o comércio irregular, por meio do Movimento Combustível Legal, contribuindo com os órgãos reguladores, legisladores, Judiciário e de fiscalização.

Rebeschini relatou que São Paulo largou na frente no combate ao comércio irregular, citando que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) está trabalhando na causa e agora o prefeito João Doria (PSDB) também passou a apoiar. "Outros Estados estão correndo atrás. Paraná está em um estágio bom, Minas Gerais acabou de aprovar legislação também", disse.

Segundo ele, o crime organizado teria chegado a este setor. "Não queria entrar nessa seara, mas esta é uma realidade já", disse o diretor do Sindicom. O procurador do Estado de São Paulo, Alexandre Aboud, relatou durante o workshop que São Paulo já tirou do mercado mais de mil postos de combustíveis por desconformidade.

Aboud relatou que tem sido feito um trabalho contra o que chamou de "devedor contumaz", que obtém vantagem sobre os concorrentes com ganhos de mercado e aumento dos lucros devendo de forma sistemática.

### **Biocombustíveis**

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) com viés ambiental é um caminho mais curto prazo para incentivar os biocombustíveis e o que se discute hoje é como será feita essa diferenciação tributária, disse Leandro de Barros Silva, diretor de abastecimento e regulamentação do Sindicom, durante o workshop.

Segundo ele, há uma discussão atualmente muito forte com o governo em torno desse tema. "É uma medida de curto prazo, que funcionaria de forma muito mais rápida. Mas há os efeitos sobre a economia, nas contas do governo, o que quer que seja", disse. "É algo super saudável, positivo para o meio ambiente e para a sociedade. Como será feita essa diferenciação tributária é algo que tem sido discutido", relatou.

O governo está estudando um viés ambiental para criar uma taxa flexível sobre a gasolina e o diesel. Uma ideia é fazer com que o valor da Cide varie inversamente aos preços desses combustíveis fósseis. Assim, a Cide cairia quando o preço estivesse mais alto e subiria quando os preços fossem mais baixos, gerando diferencial competitivo aos combustíveis renováveis.

Já o programa RenovaBio, lançado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em dezembro de 2016, propõe uma estrutura melhor para o setor de biocombustíveis, com metas de redução de emissões, e deve ter efeito mais de médio longo prazo, com mudança na matriz energética, acrescentou Silva. Ele relatou que hoje acontece em

Brasília a primeira reunião do grupo de trabalho envolvido no RenovaBio para detalhamento do programa.

### **Política de preços**

Silva também abordou a adaptação do setor à nova política de preços da Petrobras, cuja frequência de mudanças aumentou, quando questionado pela reportagem. "Temos discutido com a Petrobras e com a Agência Nacional (ANP) do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para entender os mecanismos. Temos discutido com a ANP sobre a regulação desse processo.

A própria agência também está se adaptando", afirmou. Segundo o diretor de abastecimento, o Sindicom tem defendido transparência e um processo claro com relação à política de preços.

### **Carro da Audi permite dirigir sem as mãos enquanto motorista assiste à TV**

12/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Novo Audi A8 é apresentado nesta terça (11) em Barcelona; carro tem direção autônoma até os 60 km/h

A Audi lançou o mais avançado carro autoguiado disponível nas estradas, a despeito de alertas em todo o setor de que qualquer sistema que permita que o proprietário afaste os olhos da via por longos períodos é fundamentalmente inseguro.

A marca controlada pela Volkswagen mostrou seu novo modelo de topo de linha, o A8, nesta terça-feira (11).

O veículo estará na vanguarda de seus esforços para recuperar a liderança tecnológica hoje detida por arquirrivais como a BMW e a Mercedes-Benz.

A característica que mais chama a atenção no novo modelo é o sistema que permite que o motorista se recoste em seu banco e assista à TV enquanto o carro se guia autonomamente em velocidades de até 60 km/h, mesmo em trânsito pesado. O recurso é altamente controverso.

O setor automobilístico está fortemente dividido com relação à abordagem a ser adotada quanto aos veículos autoguiados, cujos objetivos incluem reduzir o número de vidas perdidas em acidentes rodoviários.

Algumas montadoras, como a Audi, a Nissan e a Mercedes, favorecem um sistema que eleva gradualmente a autonomia da condução do veículo e devolve o comando ao motorista em caso de emergência.

Concorrentes como a Ford e a Jaguar Land Rover classificam essa abordagem como insegura e dizem que só equiparão seus veículos com tecnologia de direção autônoma quando eles forem capazes de se autoguiar em todas as situações.

A Audi informou que seu sistema depende da entrada em vigor de leis que permitam que os motoristas não mantenham as mãos no volante.

"O motorista não precisa mais monitorar o carro permanentemente", a empresa afirmou.

"Ele pode afastar as mãos do volante permanentemente e, a depender das leis nacionais, se concentrar em outra atividade que o carro permita, como assistir ao televisor de bordo."

A marca de carros de luxo, parte do grupo Volkswagen, informou que o A8 chegará às lojas no ano que vem e será o primeiro modelo de produção "desenvolvido especialmente para condução altamente automatizada".

O software de inteligência artificial, ativado por um botão, foi concebido para tráfego lento e velocidades de até 60 km/h.

O carro devolverá o controle ao motorista em caso de emergência.

O nível de autonomia dos carros é medido em uma escala de 0 a 5 pontos, na qual 0 significa automação nenhuma e 5 um carro capaz de lidar com todo tipo de situação em todo tipo de terreno, o que permitiria a remoção total do volante e dos pedais.

Albert Gea/Reuters



Audi A8, equipado com radares, câmeras e sensores ultrassônicos

## **RADAR**

A Audi informou que seu novo modelo de topo de linha, o A8, é o primeiro exemplo da chamada tecnologia nível 3 que poderá circular pelas ruas.

O sistema é acionado por hardware que inclui radar, câmeras e sensores ultrassônicos, e a Audi também informou que é a primeira montadora a usar sensores de varredura laser.

O carro será capaz de ler placas de trânsito, recolher informações sobre riscos e "aproveitar a inteligência coletiva da frota da Audi" para aprender mais.

Em uma tentativa de descrever a "experiência premium" que a tecnologia proporciona, Rupert Stadler, presidente-executivo da Audi, usa a expressão "a 25ª hora" para descrever "o tempo livre que você terá em seu carro autoguiado".

A Daimler, rival alemã da Audi e controladora da marca Mercedes, está trabalhando com a Bosch, a maior fornecedora mundial de componentes automotivos, para produzir "táxis robotizados" já a partir de 2020.

A BMW, enquanto isso, se aliou à Intel, Mobileye e Delphi para produzir um veículo "completamente autônomo" a partir de 2021.

Os maiores produtores de software, fabricantes de chips e fabricantes de carros estão em disputa, muitas vezes como parte de parcerias rivais, para desenvolver tecnologia para veículos autoguiados.

As muitas parcerias incluem Fiat e Waymo, o investimento da General Motors na Lyft, e uma associação entre a Toyota e a Nvidia.

Nos Estados Unidos, a consultoria AlixPartners estimou que US\$ 325 bilhões podem ser economizados a cada ano com acidentes evitados, redução no consumo de combustível, redução de custos causados por congestionamentos, e ganhos de eficiência.

A Intel estimou que os acidentes de automóvel têm custo mundial de US\$ 871 bilhões por ano.

### **Fábrica da VW em Taubaté volta a produzir nos 5 dias da semana com alta de vendas**

12/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Com o aumento da venda de veículos nos últimos meses, a fábrica da Volkswagen localizada em Taubaté, no interior de São Paulo, vai voltar a produzir, a partir de agosto, em todos os cinco dias úteis da semana.

A decisão interrompe período iniciado em maio em que, para adequar a produção a uma demanda menor, a empresa operou com as jornadas de trabalho reduzidas, o que não permitia que a fábrica produzisse todos os dias.

“As expectativas para o mercado como um todo estão melhores. Olhando para os resultados de maio e junho, a previsão para o ano de 2017 cresceu de um a dois pontos porcentuais em relação ao que esperávamos no início deste ano”, afirmou o presidente da Volkswagen no Brasil, David Powels.

Segundo ele, a projeção da empresa para o mercado de veículos este ano é de expansão de 4% a 5%. Para 2018, espera-se avanço de 5% a 8%. Com isso, Powels disse esperar que a ociosidade da montadora seja reduzida, mas sem falar quanto.

As jornadas dos funcionários da fábrica de Taubaté foram reduzidas em maio por meio do Programa Seguro-Emprego (PSE), do governo federal, segundo o qual a carga horária e os salários dos trabalhadores podem ser cortados em até 30%, mas com metade da perda salarial compensada com recursos públicos.

A Volkswagen, no caso, optou pela redução de 25% das jornadas para dois terços dos seus funcionários.

Com isso, a fábrica ora operava em três dias da semana, ora em quatro. A ideia era que a medida fosse válida até outubro, mas seu término foi antecipado para o fim de julho, com a produção voltando ao normal em agosto.

Outro fator que ajudou é que o Gol, carro que já foi um dos mais populares do Brasil, agora é produzido exclusivamente na fábrica de Taubaté.

O modelo, que deixou de figurar entre os mais vendidos do País, tem sido uma aposta da montadora para o mercado externo. As vendas do Gol para o exterior cresceram 98% no primeiro semestre de 2017 ante igual período de 2016.

### **PSE preserva mais de 2,7 mil empregos no setor automobilístico**

12/07/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

*Com adesão de novas empresas, em maio e junho, programa já mantém quase 5 mil empregos em três setores neste ano*

O Programa Seguro Emprego (PSE) preservou 2.767 vagas de emprego na indústria automobilística em maio e junho, a partir da adesão de novas empresas. No total, já são 4.986 empregos mantidos desde o início deste ano.

Só no mês passado, 2.637 trabalhadores mantiveram seus empregos graças à adesão das empresas. “O PSE está cumprindo o seu papel, de preservar os empregos em momentos de retração da atividade econômica, além de favorecer a recuperação

econômico-financeira das empresas”, afirma o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

O destaque em junho foi a adesão da Volkswagen do Brasil, que firmou três termos de adesão relativos à sua fábrica de Taubaté (SP). O maior deles envolve 2.444 empregos, com um benefício inicial de R\$ 9.933.781,88. Outro termo assinado pela montadora preserva 50 empregos, num total de R\$ 315.447,53. E o terceiro termo da Volks mantém 49 empregados, equivalente a um benefício de R\$ 278.949,98.

Em junho, além da Volkswagen, a Tecnowatt Iluminação – fornecedora do setor automobilístico – aderiu ao PSE, mantendo 94 empregos em Contagem (MG), com benefícios que totalizam R\$ 158.296,45.

Também em Taubaté, mas no mês de maio, a SAS Automotive do Brasil assinou termo de adesão, beneficiando 41 trabalhadores da sua planta local. O valor do benefício do PSE chega a R\$ 77.053,58. Este foi o segundo termo de adesão da SAS Automotive, que também já participa do PSE desde março, com sua unidade fabril de São José dos Pinhais (PR).

Ainda em maio, outra fornecedora do setor automobilístico havia ingressado no programa. A Parks Comunicações Digitais, de Cachoeirinha (RS), preservou 89 empregos e conta com um benefício de R\$ 424.145,89.

Com isso, o PSE já atende a dez empresas, desde janeiro deste ano. Os benefícios chegam a um total de R\$ 15.973.202,79 para três setores – construção civil, fabril e automobilístico.

**Redução** - O Programa de Seguro Emprego foi lançado para preservar os postos de trabalho de funcionários de empresas comprovadamente afetadas pela crise econômica e será mantido até o final de 2018. O PSE deu prioridade de adesão às microempresas e empresas de pequeno porte, além das empresas que demonstrem observar cota de pessoas com deficiência e programa de reinserção profissional de egressos do sistema penitenciário.

A iniciativa permite que as empresas aprovadas reduzam em até 30% a jornada de trabalho dos seus empregados, com diminuição proporcional de salários. O governo federal complementa 50% do valor reduzido da renda desses trabalhadores, até o teto de 65% do valor máximo da parcela do Seguro-Desemprego.

**Como aderir** - Para aderir ao PSE, a empresa precisa celebrar o Acordo Coletivo de Trabalho Específico com o sindicato representante da categoria da atividade econômica preponderante da empresa, nos termos do art. 5º da Lei 13.189 de 19 de novembro de 2015. Depois, deve providenciar a solicitação de adesão ao Ministério do Trabalho, conforme instruções no [site](#).

Podem aderir empresas de todos os setores, desde que comprovem a situação de dificuldade econômica-financeira. A adesão pode ser solicitada ao Ministério do Trabalho até 31 de dezembro de 2017, observado o prazo máximo de 6 meses a cada solicitação. Já a prorrogação pode ser solicitada mesmo depois de 31 de dezembro de 2017 desde que o período não ultrapasse a data de extinção do programa em 31/12/2018.

O texto completo da Lei que instituiu o programa pode ser conferido [aqui](#).

## **NOVAS ADESÕES AO PSE MAIO**

- SAS AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA SP - Taubaté (SP)
- Setor: Automobilístico



- Beneficiários: 41
- Benefício: R\$ 77.053,58
- PARKS SA COMUNICAÇÕES DIGITAIS – Cachoeirinha (RS)
- Setor: Fabril (fornecedora do setor automobilístico)
- Beneficiários: 89
- Benefício: R\$ 424.145,89
- **JUNHO**
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA - Taubaté (SP)
- Setor: Automobilístico
- Beneficiários: 50
- Benefício: R\$ 315.447,53
- Beneficiários: 2.444
- Benefício: R\$ 9.933.781,88
- Beneficiários: 49
- Benefício: R\$ 278.949,98
- TECNOWATT ILUMINAÇÃO LTDA - Contagem (MG)
- Setor: Fabril
- Beneficiários: 94
- Benefício: R\$ 158.296,45
- PSE TOTAL\*
- Beneficiários: 4.986
- Benefícios: R\$ 15.973.202,79
- Desde janeiro de 2017

## Produção de motos regride 15 anos no País

12/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A **produção de motos** no primeiro semestre registrou 423,7 mil. O total foi 8,8% menor que o do mesmo período de 2016 e também o pior desde o remoto 2002, quando foram montadas 406,5 mil unidades na primeira metade do ano.

Naquele ano, além de Honda e Yamaha havia apenas três outras fabricantes de motocicletas associadas à Abraciclo, entidade que reúne fabricantes do setor. Uma delas era a Caloi, que ainda montava a Mobylette.

Como consequência dessa retração, o setor fechou mais de 1,2 mil vagas desde o começo do ano e emprega agora 12,2 mil trabalhadores na cadeia produtiva (fabricantes e fornecedores), 9,1% a menos que no fim de 2016. As montadoras e fabricantes de motopeças chegaram a empregar 20,5 mil trabalhadores em 2011. Os números foram divulgados pela Abraciclo na terça-feira, 11.

Os emplacamentos de janeiro a junho de 2017 somaram 427,2 mil unidades, resultando em queda de 9% em relação aos primeiros seis meses de 2016. Mesmo assim, a Abraciclo preferiu manter suas projeções e espera 890 mil emplacamentos até o fim do ano, o que resultará em leve queda de 1,1% ante o total registrado em 2016.

“Temos indicadores que apontam para resultados semelhantes aos do ano passado”, afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, referindo-se às projeções das fábricas. A associação acredita na manutenção da média diária de emplacamentos

próxima a 3,6 mil até setembro e estima que esse número subirá para 3,7 mil em outubro, alcançando 3,9 mil em dezembro com a chegada do verão e do 13º salário.

“O segundo semestre é historicamente melhor que o primeiro e nossa percepção é que, apesar do ambiente ainda ruim, o consumidor está tocando a vida e voltando a comprar”, diz Fermanian.

“O crescimento deverá ter ajuda das financeiras. Os principais bancos que atuam no segmento vêm avançando pouco a pouco”, afirma. Os números da Abraciclo confirmam essa tendência.

No primeiro semestre, a modalidade CDC (Crédito Direto ao Consumidor) respondeu por 38,8% das vendas do setor e voltou a ganhar a preferência do consumidor em relação aos consórcios (30,5%) e às compras à vista (30,7%). No fim de 2016 havia um equilíbrio maior entre as modalidades.

“Mas as montadoras certamente vão trabalhar no segundo semestre para aumentar a participação dos consórcios”, diz Fermanian.

A modalidade deve crescer em venda de novas cotas e também nas cotas de reposição, em que o consorciado desembolsa uma quantia inicial para entrar em grupos em andamento, o que ajuda a repor a presença daqueles que deixaram a modalidade nos últimos meses.

## **ATACADO E EXPORTAÇÕES**

As vendas no atacado (das fábricas para as concessionárias) somaram 402,3 mil motos, resultando em retração acentuada de 11% em relação ao mesmo período de 2016. “Houve uma queda programada para redução de estoques porque este é um período de renovação da linha”, explica o presidente da Abraciclo.

As exportações no semestre totalizaram 32,4 mil motos, alta de 4,1% sobre os mesmos seis meses de 2016. No entanto, esse total responde por cerca de um terço do que a Abraciclo estimava exportar este ano, 93 mil unidades.

Os embarques para a Argentina foram menores do que se esperava. Fermanian garante que haverá melhora no segundo semestre, mas admite que o total ficará abaixo das 90 mil motocicletas. Um número mais próximo ao real será divulgado em algumas semanas.

## **Thyssenkrupp reduz o foco no aço para agregar valor a componentes e serviços**

12/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Hiesinger: mudança no modelo de negócios

“A digitalização não é um movimento só para empresas de software e startups. Essa mudança só vai dar certo se as empresas tradicionais também abraçarem.” Este é o ponto de vista de Heinrich Hiesinger, CEO global da Thyssenkrupp que visita o Brasil para reunião anual com a liderança da empresa no País na terça-feira, 11.

Desde que chegou na companhia, em 2011, ele capitaneia a atualização do modelo de negócio, que agora acompanha o novo e amplo universo aberto pela digitalização. “Estamos deixando de focar tanto na produção de aço para nos concentrar mais em serviços e tecnologia”, diz.

Segundo ele, o insumo responde hoje por apenas um quarto do faturamento da empresa, enquanto a entrega de tecnologia por meio de componentes e serviços é responsável por 75% das receitas.

“A engenharia hoje exige digitalização”, diz o executivo. Neste contexto, diz, a empresa já está familiarizada com recursos como internet das coisas, mobile, big data e cloud computing. São novidades já aplicadas tanto na gestão quanto nas operações da empresa, que apostam no conceito de indústria 4.0 - uma delas é a fábrica brasileira de Campo Limpo, em São Paulo (leia [aqui](#)).

Para ele, o desafio de ser uma grande companhia, com 160 mil funcionários no mundo, está justamente em ter de assumir a liderança de uma transformação que ninguém sabe ao certo onde vai dar.

“Precisamos identificar as coisas antes dos outros e saber para onde ir”, conta. Para ganhar agilidade, o executivo impõe outro ritmo à empresa, que ele garante estar menos hierárquica e mais colaborativa, com a liderança organizada por tarefas. “Precisamos contratar pessoas com novas aptidões e ter flexibilidade. Apostamos no conceito fail fast”, conta, citando um dos mantras do Vale do Silício: errar e corrigir rápido.

Hiesinger destaca que, além de uma tendência, a digitalização tem impacto no bolso: é uma forma de garantir melhor atendimento com redução de custos e melhoria na qualidade, enumera.

## **DIREÇÃO ELÉTRICA NO BRASIL**

O executivo aproveitou a visita ao Brasil para confirmar que a companhia vai fabricar sistemas de direção elétrica no País a partir de 2018, conforme a empresa já adiantou (leia [aqui](#)). A produção vai acontecer na planta da divisão Steering em São José dos Pinhais (PR), que já produz soluções para montadoras como Fiat, Volkswagen, Renault e General Motors. A empresa não revela, no entanto, quais são os clientes para o novo produto.

A nacionalização é parte de estratégia global da Thyssenkrupp, que em 2015 fechou contratos para entregar 3 milhões de sistemas de direção elétrica por ano em todo o mundo. Com os acordos, que somam € 4.5 bilhões, a empresa atenderá diversas montadoras. Segundo a fabricante, a tendência é de que estes negócios se intensifiquem com a demanda por redução de combustível e aumento da automação da condução.

### **Thyssenkrupp ganha eficiência com Indústria 4.0**

12/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Com quase 60 anos de história, a fábrica da Thyssenkrupp em Campo Limpo, no interior paulista, combina recursos de indústria 4.0 em suas linhas de montagem para

manter a face jovem, apesar de ser uma veterana - foi a primeira planta da companhia fora da Alemanha.

A unidade pertence à divisão de negócios de tecnologias de componentes e faz forjaria e usinagem de peças de suspensão, transmissão e motores para a indústria automotiva. "Temos muita capacidade produtiva aqui e precisamos investir em tecnologia porque é isso, ao lado do alto volume, que nos dá competitividade para exportar", conta José Carlos Cappuccelli, CEO do complexo industrial.

Enquanto o mercado interno encolhe, a companhia investe na vocação da unidade para atender a demanda de outros países. Segundo o executivo, é possível fazer ali 750 mil virabrequins por ano.

Ao contrário das várias fabricantes de componentes que amargam ociosidade elevada em suas operações locais, a Thyssenkrupp Campo Limpo opera em 2017 quase no topo de sua capacidade. "Algumas linhas voltadas ao mercado interno trabalham em um ou dois turnos, mas temos áreas voltadas à exportação que operaram 24 horas por dia, sete dias por semana", conta.

Ele estima que devem ser feitos na planta este ano 700 mil virabrequins, 65% deste total destinado a outros mercados, como Estados Unidos e países da Europa, como a Holanda.

"Parte deste volume vai direto para os clientes, mas também armazenamos componentes em nossos próprios centros de distribuição em outros países para que as operações de cada região façam as entregas. O importante é que eu consiga competir lá fora com a produção de países como China e Coreia", aponta.

Ele avalia que o chamado custo-Brasil, com a conhecida alta carga tributária e dificuldades logísticas é compensado internamente na empresa com a eficiência da produção, flexibilidade nas linhas de montagem, pouco desperdício e qualidade elevada.

Componentes de baixo volume de produção, em geral, são fabricados em áreas menos tecnológicas da planta, com mais operadores trabalhando. Há, no entanto, linhas que fazem grande número de componentes dentro do conceito de indústria 4.0, com rastreabilidade de cada peça, coleta de dados e comunicação entre as máquinas.

"Há 10 anos a nossa linha de virabrequins já foi instalada dentro do conceito de indústria 4.0. A questão é que, naquela época, sequer chegávamos a usar todas as possibilidades da tecnologia. Agora a internet industrial é algo acessível, que ganhou simplicidade", conta.

## **CONTRATAÇÕES EM CAMPO LIMPO, DEMISSÕES GLOBALMENTE**

A evolução dos volumes fabricados em Campo Limpo garantiu 400 contratações na planta este ano. Com isso, a unidade voltou a ter 2,5 mil funcionários, o mesmo número de de antes da crise. "Tínhamos demitido justamente 400 pessoas nos últimos anos", conta Cappuccelli. A empresa soma agora total 8 mil funcionários no Brasil, distribuídos entre as várias divisões de negócio.

Este patamar, no entanto, pode mudar. A matriz da companhia anunciou plano para enxugar custos globalmente que passa por corte na estrutura de funcionários. Até 2020 a empresa pretende reduzir em 2,5 mil os 18 mil empregos em cargos administrativos que tem globalmente. Metade das demissões devem acontecer na Alemanha e, por enquanto, a companhia não detalha quais outras operações serão afetadas.

Desde 2012, o esforço da empresa para ganhar eficiência garantiu economia anual

entre € 800 milhões e € 1 bilhão principalmente com melhoria no desempenho das unidades operacionais, aponta comunicado distribuído pela Thyssenkrupp. A nova investida para enxugar a estrutura pretende economizar mais € 400 milhões.

## **Nissan mobiliza fábrica para treinar novos empregados**

12/07/2017 – Fonte: Automotive Business

Os seiscentos novos empregados da Nissan iniciaram a última fase de seu treinamento antes de inaugurar o segundo turno da fábrica de Resende (RJ), onde já é fabricado o Kicks, novo SUV da marca (leia [aqui](#)), além de March, Versa e os motores 1.0 de três cilindros e 1.6 de quatro cilindros. Com o encerramento das contratações, o complexo industrial passa a contar com 2.400 funcionários.

No total, os novos trabalhadores passam por quatro fases preparatórias até que estejam aptos para assumirem suas funções. Todos os selecionados têm como pré-requisito a formação pelo curso específico realizado em parceria da Nissan com o Senai, o Formasan, cujos concluintes com aproveitamento exigido seguiram para o processo seletivo na montadora, cumprindo as etapas eliminatórias.

A primeira fase consistiu em uma preparação dentro do complexo industrial, que inclui o processo de integração, além de orientações sobre EPIs (equipamentos de proteção individual) e regras básicas de segurança. Cada funcionário conheceu sua área de trabalho, futura equipe e rotina de produção.

Na fase seguinte, o funcionário treina no posto de trabalho, cuja preparação é conduzida por profissionais que já atuam naquela área específica, ajudando e supervisionando o desempenho do novo operador. A partir desta etapa, todos eles são acompanhados por profissionais experientes na linha de produção, com um total de 58 treinadores.

Na terceira etapa, que dura em média duas semanas, o recém-contratado é direcionado para o coordenador do posto que irá assumir. Sob sua observação, o novo trabalhador recebe acompanhamento ao longo da operação a fim de alcançar autonomia em suas tarefas. Por fim, ele é avaliado pelo titular do posto.

A última fase do treinamento consiste em trabalho efetivo, indicando que o funcionário recém-treinado já pode operar sozinho e que já cumpriu todas as etapas da capacitação.

A abertura do segundo turno em Resende foi anunciada pela Nissan no mês passado com previsão para iniciar ainda neste mês.

## **GM e Ford sobem, VW e Fiat descem no ano**

12/07/2017 – Fonte: Automotive Business

Passado o primeiro semestre em que o mercado brasileiro de veículos leves finalmente comemorou pequeno crescimento de 4,25% na comparação com o mesmo período de 2016, GM/Chevrolet e Ford foram as duas principais vencedoras no ranking das 10 marcas mais vendidas do País, ambas com avanço porcentual de vendas acima de dois dígitos e elevação de participação.

A GM conseguiu expandir sua liderança na primeira posição, enquanto a Ford retomou a quarta colocação. Com desempenho oposto, Fiat e Volkswagen continuaram a perder terreno.

A **GM** segue inabalável no topo do ranking, com 175,8 mil veículos emplacados no primeiro semestre do ano, garantindo alta de 11,6% na comparação com o mesmo

intervalo do ano passado, em crescimento quase três vezes maior do que a média de expansão do mercado.

A Chevrolet foi a marca que mais ganhou participação no período, 1,17 ponto porcentual, para 17,7%. O bom desempenho é em boa medida dependente de apenas dois carros: o hatch Onix e seu irmão sedã Prisma, que juntos representaram 65% das vendas, somando 114,4 mil emplacamentos.

Apesar de ainda conseguir se sustentar na segunda posição do ranking de marcas, a **Fiat** foi a maior perdedora do semestre, com queda nos licenciamentos de 6,1% (em oposição à alta do mercado), com quase 135 mil unidades vendidas, e market share reduzido em 1,5 ponto, para 13,61%.

As vendas do recém-lançado Argo ainda não fizeram efeito e o carro mais vendido da marca no País, o Mobi, aparece apenas como o oitavo mais emplacado no período, depois vem o Uno em 13º e o Palio em 22º. Assim a Fiat segue se apoiando na boa performance de duas picapes, Toro e Strada, em primeiro e segundo lugares, respectivamente, entre os comerciais leves mais emplacados no primeiro semestre.

Segurando posição em terceiro no ranking, a **Volkswagen** também segue perdendo terreno. Cedeu 0,73 ponto porcentual de participação na comparação semestre contra semestre, ficando com 12,6%, enquanto as vendas no período apontaram desempenho negativo de 1,46%, com 125 mil emplacamentos.

O campeão de vendas da marca, o Gol, hoje é o quinto mais vendido no Brasil, e depois dele o melhor colocado é o Fox, na 11ª colocação, enquanto Voyage e Up! aparecem quase empatados apenas nos 14º e 15º postos, respectivamente.

Com as boas vendas do Ka, terceiro carro mais emplacado do País no primeiro semestre do ano e responsável por pouco menos da metade do desempenho da marca, a **Ford** conseguiu recuperar a quarta posição do mercado, com 93,5 mil unidades emplacadas, crescimento de 15,8% e ganho de quase um ponto porcentual de market share, para 9,43%, ultrapassando assim Hyundai e Toyota – na primeira metade de 2016 a Ford era a sexta colocada. Também pesou a favor o momento de liquidação, com descontos atraentes, da atual geração do EcoSport, que será substituída por nova versão do modelo no fim deste mês.

A **Hyundai**, que terminou 2016 na inédita quarta posição do mercado brasileiro, desceu um degrau no semestre para a quinta colocação, perdendo 0,68 ponto de participação, agora em 9,41% – apenas 0,02 ponto atrás da Ford.

Foram 93,3 mil emplacamentos no período, em queda de 2,8% sobre o mesmo intervalo do ano passado, mas o HB20 segue sendo o segundo carro mais vendido do País e responde por mais de 50% das vendas da marca coreana no Brasil.

Em sexto no ranking semestral, a **Toyota** também desceu uma posição no ranking na comparação com o mesmo período do ano passado, mas suas vendas seguem em crescimento, ainda que de tímidos 2,7%, abaixo da média do mercado, com 87,7 mil emplacamentos no semestre.

A marca perdeu imperceptíveis 0,13 ponto de participação, está com 8,85%. Renovado no início deste ano, o sedã Corolla segue sendo o campeão de vendas da Toyota, é o sétimo carro mais vendido no Brasil hoje, com cerca de um terço dos licenciamentos da marca e à frente até mesmo do popular Etios, que figura em 12º lugar entre os mais comprados.

Em sétimo lugar, a **Renault** conseguiu sustentar posição graças às vendas diretas a locadoras, que representaram cerca de metade das vendas da marca no País no

semestre. Os emplacamentos somaram 73,4 mil veículos, em alta de 5% alinhada com o desempenho médio do mercado no período.

O market share ficou praticamente estável em 7,4%, com desempenho comercial apoiado no Sandero, o quarto carro mais emplacado do País, responsável por mais da metade dos licenciamentos da Renault nesses seis meses.

A **Honda** segue pregada na oitava posição do ranking de marcas, com 65 mil emplacamentos no semestre, o que garantiu crescimento de 3,66% no período e participação estável de 6,56%.

O HR-V segue sendo o modelo mais vendido da marca e o SUV número um do País. Com certa limitação de produção e sem ver mercado suficiente para inaugurar sua segunda fábrica no Brasil, a Honda prefere ficar onde está, sem ganhar nem perder muito.

A **Jeep**, com o segundo e o terceiro SUVs mais vendidos do País (Compass e Renegade, respectivamente), foi a marca que teve o maior crescimento de vendas no primeiro semestre de 2017, de expressivos 53,4% na comparação com os mesmos seis meses de 2016. Com 40,3 mil emplacamentos no período, ficou em nono lugar no ranking, com market share de 4%, ou 1,3 ponto maior do que o verificado há um ano.

Fechando a lista das 10 marcas mais vendidas do País, a **Nissan** vendeu 34,1 mil veículos no primeiro semestre, com a segunda maior expansão de vendas, de 38,2%, e ganho de 0,85 ponto de participação, para 3,44%. O Kicks foi responsável por cerca de um terço dos licenciamentos da marca, superando March e Versa – os outros dois Nissan fabricados no Brasil.

#### AS 10 MARCAS MAIS VENDIDAS NO 1º SEMESTRE DE 2017

	MARCA	EMPLACAMENTOS JAN-JUN 2017	DESEMPENHO 2016/17(%)	PARTICIPAÇÃO (%)	VARIAÇÃO 2016/17 (ponto porcentual)
1ª	GM	175.806	11,62	17,73	1,17
2ª	Fiat	134.986	-6,09	13,61	-1,50
3ª	Volkswagen	124.919	-1,46	12,60	-0,73
4ª	Ford	93.486	15,78	9,43	0,94
5ª	Hyundai	93.282	-2,79	9,41	-0,68
6ª	Toyota	87.752	2,69	8,85	-0,13
7ª	Renault	73.435	5,08	7,41	0,06
8ª	Honda	65.008	3,66	6,56	-0,04
9ª	Jeep	40.360	53,45	4,07	1,31
10ª	Nissan	34.152	38,17	3,44	0,85

### Dana completa 70 anos de operações no Brasil

12/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Fábrica de Gravataí (RS) é uma das seis operações que a Dana mantém no Brasil

Em 10 de julho de 1947, há exatos 70 anos, a Albarus, que posteriormente passou a adotar o nome de Dana iniciava suas atividades no Brasil, a partir de uma pequena oficina mecânica de precisão no Rio Grande do Sul, fundada pelo imigrante alemão Ricardo Bruno Albarus.

Gradualmente, a oficina Albarus se especializava na produção de peças para a crescente frota de veículos importados que circulava pelo País na época, quando a indústria automobilística ainda não havia se estabelecido por aqui.

No ano seguinte, a empresa passou a produzir cruzetas da junta universal para o mercado de reposição de utilitários da Jeep. Pouco tempo depois, a Ford descobriu a Albarus, para a qual o primeiro pedido marcou o início de seu fornecimento para montadoras, embora ainda fosse para o mercado de reposição, uma vez que a indústria local só se estabelecerá no fim dos anos de 1950.

Foi por sugestão da própria Ford que Ricardo Albarus se aproximou da Dana Corporation, que ainda era denominada Spicer Manufacturing, fabricante norte-americana de eixos cardans, gerando uma associação entre as duas empresas. Também foi o primeiro investimento da Dana fora de seu país de origem.

A Dana assumiu então o controle acionário da Albarus e a partir da década de 1970 constituiu-se um dos principais fornecedores de autopeças para montadoras instaladas no Brasil.

Atualmente, a Dana atua nas áreas de transmissão, vedação e gerenciamento térmico para montadoras de veículos leves, caminhões e veículos fora de estrada e industriais e possui operações em Gravataí (RS), Campinas, Diadema, Jundiaí, Limeira e Sorocaba (SP), que juntas empregam cerca de 3 mil pessoas.

“Em um momento como este, focamos na reflexão, reconhecimento e celebração. Quanto mais os anos passam, maior o convite para uma ponderação mais profunda, revisitando lembranças, fazendo o reconhecimento ao trabalho de muitos, que hoje damos continuidade. Nosso fundador no Brasil, o imigrante Ricardo Bruno Albarus, além de pioneiro, serve de exemplo do espírito empreendedor que sempre temos que exercer, dos desafios e oportunidades que nosso País apresenta, principalmente agora que precisamos retomar o ritmo de crescimento da indústria automobilística nacional”, afirma o diretor geral da Dana no Brasil, Raul Germany. “Temos muito orgulho da nossa história, sem dúvida um diferenciador, potencializado pela força de uma companhia global, com tradição e que investe para ser líder em tecnologias.”

A empresa vem desenvolvendo de forma estrutural seu plano de atuação visando o crescimento dos negócios. A aquisição, em dezembro de 2016, das operações de forja e usinagem de eixos dianteiros pesados e componentes da Sifco em Campinas e Jundiaí (SP) é parte desta estratégia. Este foi o maior investimento que a empresa realizou no Brasil, estimado em R\$ 400 milhões (leia [aqui](#)).

“A tradição e o orgulho dos muitos feitos que celebramos são parte desta história que seguimos escrevendo, e servem sempre de inspiração para olharmos para a frente, para continuarmos melhorando, aprendendo, crescendo, buscando novas oportunidades e formas de melhor balancear os nossos negócios, nos aproximando de nossos clientes para que possamos melhor atender e assim ampliar também nossa presença nos mercados de reposição e exportação, fortalecidos pela segurança e a força da nossa gente, das nossas comunidades, dos nossos fornecedores e clientes”, finaliza Germany.

### **Abraciclo: financiamento bancário toma fatia do mercado de consórcios de motos**

12/07/2017 – Fonte: Zero Hora

Os financiamentos bancários e os parcelamentos no cartão de crédito dos valores das motocicletas tomaram uma fatia significativa do mercado de consórcios destes veículos, disse o diretor executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), José Eduardo Gonçalves.

Segundo o executivo, esse comportamento de mercado é algo que preocupa a Associação que, junto com as montadoras afiliadas, está se esforçando em ações que



visam a ampliação dos consórcios nas vendas de motocicletas no País. Hoje, as vendas financiadas pelos bancos e parcelamentos no cartão de crédito respondem por 38% de todas as vendas. Os consórcios, estão com 30%.

"Há um ano, as vendas eram divididas igualmente em um terço para cada modalidade de financiamento das motocicletas", disse Gonçalves. Em 2011, 60% das vendas eram financiadas por bancos e cartões e 40% das vendas eram feitas pelos consórcios.

A explicação, de acordo com ele, é que está sendo um esforço muito grande dos bancos de montadoras para financiar as vendas principalmente neste momento em que o consumidor está, aos poucos, colocando suas contas em ordem.

"A liberação dos recursos das contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é uma alternativa para o consumidor colorar suas finanças em dia", observou o diretor da Abraciclo. Segundo ele, o consórcio sempre esteve presente neste mercado e a intenção é mantê-lo forte.

"É contraditório porque 85% dos compradores de motocicletas são pessoas das classes C, D e E, que estão ainda tentando organizar suas contas e apenas 15% são das classes A e B", observou Gonçalves. Hoje existem 2,5 milhões de cotas de consórcios de motos ativas de um total de cerca de 5,5 milhões de cotas totais de consórcios no Brasil.

### **Usiminas elevará em 10,7% preço de laminados a quente nos próximos dias**

12/07/2017 – Fonte: Reuters

A Usiminas elevará em 10,7 por cento os preços dos produtos laminados a quente para a rede de distribuição, informou a siderúrgica em comunicado nesta quarta-feira.

O reajuste, que entrará em vigor nos próximos dias, reflete a recuperação das cotações no mercado internacional em função da demanda maior por aços planos no exterior, esclareceu a empresa.

### **EXCLUSIVO-Votorantim Metais busca IPO em Toronto avaliada em US\$4 bi, dizem fontes**

12/07/2017 – Fonte: Reuters

A Votorantim Metais, uma das maiores produtoras de metais básicos da América Latina, está buscando levantar 750 milhões de dólares em uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) em Toronto que pode avaliar a companhia em 4 bilhões de dólares, disseram duas fontes com conhecimento do assunto.

A companhia sediada em São Paulo, conhecida como VMH, pretende precificar a oferta entre setembro e dezembro, disseram as fontes. A operação deve permitir à controladora Votorantim SA liberar recursos para financiar investimentos em outras áreas, acrescentaram. O conglomerado tem dívida de cerca de 15 bilhões de reais.

Segundo uma das fontes, a VMH completou um plano de três estágios de preparação para o IPO que durou quase três anos. A Votorantim SA e a VMH contrataram quatro bancos de investimento internacionais para assessorarem a operação, disseram as fontes sem revelar os nomes.

Procurada, a Votorantim Metais disse que não comentaria rumores de mercado. "As avaliações de opções estratégicas visando o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas são constantes, porém não tratamos de nossos planos, possibilidades ou seu contexto temporal", informou em nota.

O IPO dará à VMH acesso a uma ampla base de investidores que apostam na recuperação de longo prazo dos preços do zinco, cobre, chumbo e prata.

### **Ofertas**

A VMH é a mais recente em uma lista de empresas brasileiras que estão buscando IPOs nos próximos meses para reequilibrarem suas estruturas de capital e abrirem caminho para futuras expansões.

Depois de considerar tanto Nova York quanto Toronto, a VMH optou pela bolsa de valores canadense (TSX) por causa da experiência dela em IPOs relacionados a mineração, disseram as duas fontes. A TSX tem mais mineradoras listadas que qualquer outra bolsa de valores.

Com presença no Brasil e Peru, onde detém o controle da Cia Minera Milpo, a VMH opera cinco complexos industriais em Minas Gerais e em Cajamarquilla, no Peru. A VMH também tem escritórios comerciais em Houston e Luxemburgo.

No ano passado, investimentos em zinco e produtos relacionados representaram 11 por cento do investimento da Votorantim de cerca de 3 bilhões de dólares. Estes investimentos incluem esforços para ampliar a vida útil da mina Vazante no Brasil por mais 10 anos.

Em abril, fontes disseram à Reuters que Morgan Stanley, JPMorgan Chase e Bank of America estavam disputando direito para assessorarem o IPO da VMH.